



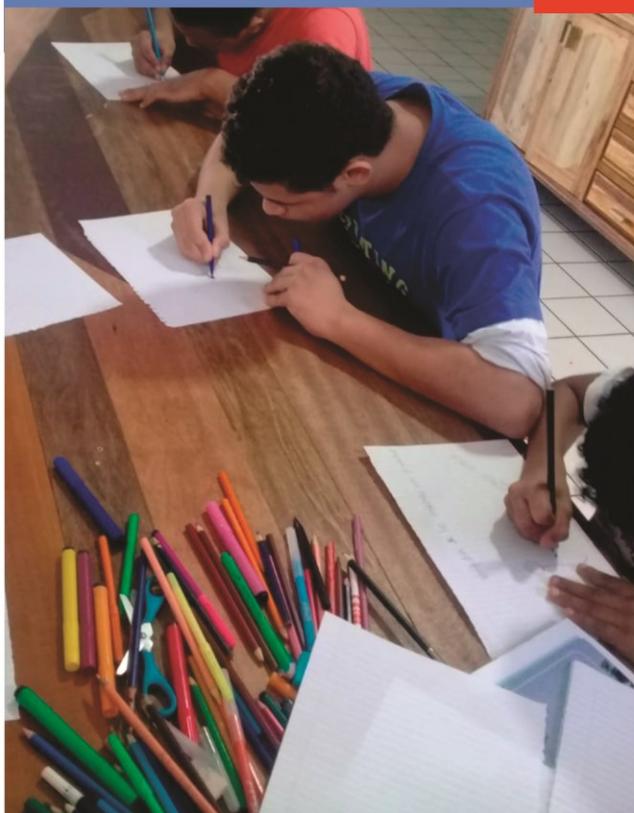
PROTAGONISMO JUVENIL EM CASAS DE ACOLHIMENTO

A CIÊNCIA/EXPERIÊNCIA QUE PROVÉM DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Quézia Vila Flor Furtado
Organizadora

VOLIII

RELATÓRIO DIAGNÓSTICO E PROPOSITIVO



Bruna Izabela Sales da Silva
Junielle Menezes França
Jakeane de Almeida Arruda
Luciana Marcelino Paiva
Lurdes Maria Valdevino dos Santos
Noêmia Soares Barbosa Leal
Maria da Conceição Gomes de Miranda
Selton Gustavo Maurício Quaresma

ideia

No decorrer de seis anos de atividades desenvolvidas nas Casas de Acolhimento de João Pessoa (2016- 2021), os projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados ao PET/ Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, PROBEX e PROLICEN, possibilitaram o sentir, ouvir, experienciar, averiguar, mediar, propor e aprender um pouco do movimento que se dá nos espaços de acolhimento institucional.

Esta caminhada nos proporcionou condições de caminhar nas casas com olhar inquiridor e proativo na mediação das dificuldades de aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens ali residentes. Neste sentido, como resultado de pesquisas e reflexões, apresentamos este Relatório Diagnóstico e Propositivo, com o objetivo de disponibilizar ao leitor/a dados, reflexões e proposições, para o qual, desejamos que se sinta motivado a ampliar os estudos relacionados ao contexto educacional das Casas de Acolhimento, e juntos neste processo de mediação e indignação, continuar desvelando fatos e cobrando atitudes ao poder público para o compromisso com a Educação de cada criança, adolescente e jovem de nosso país.

PROTAGONISMO JUVENIL EM CASAS DE ACOLHIMENTO

A CIÊNCIA/EXPERIÊNCIA QUE
PROVÉM DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
VOLIII

RELATÓRIO DIAGNÓSTICO E PROPOSITIVO

Quézia Vila Flor Furtado
Organizadora

Bruna Izabela Sales da Silva
Junielle Menezes França
Jakeane de Almeida Arruda
Luciana Marcelino Paiva
Lurdes Maria Valdevino dos Santos
Noêmia Soares Barbosa Leal
Maria da Conceição Gomes de Miranda
Selton Gustavo Maurício Quaresma

Ideia – João Pessoa – 2021

Todos os direitos da organizadora.
A responsabilidade sobre os textos são dos respectivos autores.

Editoração: Magno Nicolau

Revisão Língua Portuguesa e ABNT: Cristiane Marinho da Costa

Capa
Quézia Vila Flor Furtado

Fotos na capa
Elaine Dantas Ferreira Maia
Benedita Cazaria Pereira Fernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P967 Protagonismo juvenil em casas de acolhimento: a ciência/
experiência que provém da extensão universitária – relatório
diagnóstico e propositivo [recurso eletrônico] / Quézia Vila
Flor Furtado. Organizadora. – Dados eletrônicos – João
Pessoa: Ideia, 2021.

V.3. (2.6 mb) pdf

ISBN 978-65-5608-217-2

1. Casa de acolhimento – João Pessoa – Paraíba. 2.
Protagonismo juvenil. 3. Extensão universitária. 4. Assistência
social. I. Furtado, Quézia Vila Flor. II. Título.

CDU 364-3

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Gilvanedja Mendes, CRB 15/810


EDITORA

www.ideiaeditora.com.br
contato@ideiaeditora.com.br

Impresso no Brasil – Feito o Depósito Legal

Sumário

Apresentação 6

Prof.ª Quézia Vila Flor Furtado

I- Histórico 10

II- Constatação e Problemática 21

III – Proposições 93

Considerações finais 98

Referências 101

Sobre os/as autores/as e organizadora 105

Apresentação

No decorrer de seis anos de atividades desenvolvidas nas Casas de Acolhimento¹ de João Pessoa (2016- 2021), os projetos vinculados ao PET/ Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, PROBEX e PROLICEN, possibilitaram o sentir, ouvir, experienciar, averiguar, mediar, propor e aprender um pouco do movimento que se dá nos espaços de acolhimento institucional. Vimos as cores e sons dos sentimentos de crianças, adolescentes e jovens, advindos de situações de vulnerabilidade social que nos refletia a dor da distância de seus familiares, dos

¹ Identificadas como Acolhimento Institucional. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, 1990) no Art. 101 § 1º: “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.” Acolhendo assim crianças e adolescentes conforme prescreve o Art. 98, desta mesma lei: “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta. Maiores informações acesse *O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*, através do link

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Caderno_s/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf

amigos/as e colegas de bairro, das vivências da comunidade em que viviam e da fragilidade no que diz respeito ao processo de escolarização. Também foi possível perceber a inteligência criativa, a resiliência cotidiana, os sonhos de superação e a grandeza do afeto que se revelava na esperança de dias melhores, reforçando nossa credibilidade nos processos formativos educacionais, como umas das possibilidades de superação.

Este contexto nos abriu pontes de conexão com reflexões mais aprofundadas sobre a história excludente de nosso país e na criação de possibilidades, contribuindo com o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de projetos da Universidade Federal da Paraíba, reafirmando o compromisso social desta instituição com a Educação.

Em sensibilidade à situação destes sujeitos, a partir das experiências realizadas, e contrária a qualquer tipo de violação de direitos, e em prol da garantia do Direito a Educação, apresenta-se este **Relatório Diagnóstico e Propositivo**, revelando situações encontradas no que diz respeito ao processo formativo educacional das crianças, adolescentes e jovens residentes em Casas de Acolhimento de João Pessoa/PB, desvelando fragilidades que precisam de atenção do poder público na mediação de ações efetivas, em aspectos estruturais e na própria contratação de

profissionais específicos para atuarem nesta área: Pedagogos/as e Psicopedagogos/as.

O referido relatório apresenta-se com os seguintes tópicos: Histórico, Constatação e Problemática e Proposição. No Histórico, situamos o/a leitor/a nos aspectos gerais das ações desenvolvidas desde 2016 através da parceria de projetos de ensino, pesquisa e extensão, com a atuação de estudantes de diversas áreas do conhecimento, em um processo formativo dialógico entre nós, coordenadores e estudantes, junto aos sujeitos das Casas de Acolhimento. No tópico Constatação e Problemática, descrevemos resultados de coletas de dados e acesso aos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs realizados neste contexto, revelando a realidade educacional e suas fragilidades. E por último, apontamos propostas, resultado do nosso sentir, perceber e proceder, na mediação com as dificuldades escolares, visualizando as crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos.

Dessa forma, o relatório aqui apresentado não tem como objetivo teorizar e analisar detalhadamente as informações expostas, mas em conjunto aos demais materiais já publicados e teorizados em TCCs e livros ao longo de seis anos de atuação, temos como objetivo principal disponibilizar ao leitor/a dados, reflexões e proposições, para o qual, desejamos que se sinta motivado a ampliar os estudos relacionados ao contexto

educacional das Casas de Acolhimento. Junte-se a nós neste processo de mediação, indignação, desvelando fatos e cobrando atitudes ao poder público para o compromisso com a Educação de cada criança, adolescente e jovem de nosso país.

Prof.^a Quézia Vila Flor Furtado

I- Histórico

No ano de 2016 iniciou-se atividades pedagógicas nas Casas de Acolhimento de João Pessoa/PB, a partir da constatação informal sobre o alto índice de distorção idade/ano verificado nas situações que envolviam as crianças e adolescentes. Tal percentual é maior entre os adolescentes que revelaram dificuldades de aprendizagem, desânimo concernente as atividades escolares, indisciplina na relação com colegas e professores, bem como resistência a qualquer acompanhamento mais específico na mediação de suas dificuldades educacionais.

Estas informações impulsionaram a partir da **Universidade Federal da Paraíba**, a organização de projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados aos programas como **PROBEX²**, **PROLICEN³** e **PET/Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas**, e subprojeto

² Escolarização que promove superação de dificuldades e necessidades de aprendizagem da vida de adolescentes residentes em casas de acolhimento

³ Mediação educacional e acompanhamento pedagógico com adolescentes residentes em casas de acolhimento

Letramento e Escolarização a partir de Histórias Individuais para Autonomia – **LEHIA**, sob a orientação da Prof.^a Quezia Vila Flor Furtado.

Estes projetos vêm desenvolvendo ações desde **2016** até o presente momento, totalizando seis anos com atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo na superação das dificuldades e necessidades de aprendizagem de mais de **40 crianças, adolescentes e jovens**⁴ atendidas/os pelos projetos na Casa Feminina, Casa Lar Manaíra, Casa Shalon, Morada do Betinho e até o ano de 2019, na Missão Restauração.

As ações são desenvolvidas por estudantes de diversas áreas de graduação da UFPB: Pedagogia, História, Biologia, Psicopedagogia, Letras (Francês e Espanhol), Direito, Relações Internacionais, Enfermagem e Nutrição. Em suas respectivas áreas, articulam ações específicas junto a escolarização, na mediação pedagógica, na conexão com as escolas para melhor sensibilidade junto ao grupo de crianças, adolescentes e jovens, na organização de oficinas que atendam demandas necessárias de mediação na saúde, orientação para a vida, entre outros aspectos que possibilitem a garantia do Direito a Educação. Estas ações são

⁴ Importante destacar que os/as jovens de 19 anos são incluídos neste relatório, referindo-se aos que já estavam residindo nas Casas de Acolhimento antes de completarem maioridade, estando naquele momento aguardando encaminhamentos, já que o município de João Pessoa não tem República para acolhe-los.

realizadas semanalmente com carga horária específica para cada atividade.

Nos anos de 2017 a 2021 através da parceria com outros dois projetos **PROLICEN⁵** e **PROBEX⁶**, sob a orientação da Professora Conceição Miranda, foram atendidas **08 escolas públicas**, pertencentes às redes de ensino municipal e estadual, na cidade de João Pessoa/PB. Foram realizados com os corpos técnico e pedagógico das escolas, oficinas de sensibilização (Estatuto da Criança e do Adolescente e Trajetórias institucionais de adolescentes em acolhimento institucional), metodologias de ensino (Alfabetização, Língua e Literatura, Matemática, Ciências, Geografia, História e Sociologia), estratégias de avaliação da aprendizagem, e por fim, roda de diálogo sobre o cuidado com a saúde mental docente em tempos de pandemia e ensino remoto.

Os projetos supracitados assistiram a um total de **13 alunos (crianças e adolescentes)** através de acompanhamento pedagógico na escola e na casa de acolhimento e mais de **60 profissionais da educação** (professores, gestores, supervisores escolares, psicólogos educacionais) com as ações das oficinas de sensibilização, de formação continuada e roda de diálogo.

⁵ Formação Continuada de Professores da Educação Básica para melhoria da Aprendizagem de Adolescentes Residentes em Casas de Acolhimento em João Pessoa/PB

⁶ Diálogo e Intervenção na Mediação Pedagógica da Escola com Adolescentes Residentes em Casas de Acolhimento

Estas ações foram desenvolvidas junto as casas de acolhimento (com o acompanhamento pedagógico) contando com a atuação de uma equipe de 19 alunos, oriundos de cursos de licenciatura (Pedagogia, Letras/Francês, Letras/Português, Matemática, Biologia, Geografia e História), bacharelado (Ciências Sociais), Pós Graduação (Mestrado em Geografia), da Universidade Federal da Paraíba, entre bolsistas (12) e voluntários (07). Já para a ministração de oficinas de formação continuada, os projetos contaram com a colaboração de 17 profissionais, entre eles, professores/as da UFPB, UFCG e Universidade de Salamanca (12), professoras da rede de ensino público (03) e psicólogas (02).

É possível o/a leitor ter acesso as primeiras experiências, reflexões e concepções relacionadas as Casas de Acolhimento a partir dos projetos do PET/ PROBEX/PROLICEN, acessando nossos e-books através do link

<http://www.ce.ufpb.br/ce/contents/noticias/conheca-os-e-books-do-pet-conexoes-de-saberes> no site do Centro de Educação da UFPB.

Nos anos de 2020 e 2021, houve a readequação das atividades desenvolvidas pelos projetos, considerando o contexto de pandemia da COVID-19 e prezando pelo cumprimento de distanciamento social, conforme orientações das autoridades sanitárias mundial e brasileira. Foram desenvolvidas ações

[Sumário](#)

contemplando a promoção de formação continuada para profissionais da educação da Rede Pública Municipal de uma escola em João Pessoa/PB, a formação acadêmica de discentes da graduação (bolsista e voluntário) com vistas a aquisição de conhecimentos e reflexões acerca da conjuntura social de vulnerabilidade, acolhimento institucional e fracasso escolar de crianças e adolescentes que apresentam distorção idade/ano, oriundos de Casa de Acolhimento, e por fim, o acompanhamento pedagógico personalizado destes sujeitos, no formato remoto.

As referidas ações foram executadas mediante a utilização de tecnologias da informação e comunicação, contando com os mecanismos de mídias sociais, plataformas digitais e serviços de comunicação online por vídeo, sendo elas: Instagram, Canva, WhatsApp, Google Meet, Jitsi Meet, Google Forms, entre outros.

Ainda entre as atividades realizadas, foi aplicado um questionário online via “Google Forms” com professores da educação básica, tendo como público alvo: 36 professores de 26 escolas das redes de ensino municipal e estadual em João Pessoa/PB. O objetivo do questionário foi levantar dados sobre o conhecimento e compreensão que os profissionais das escolas possuem sobre as Casas de Acolhimento, e das crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional.

A formação continuada de professores no primeiro ano da pandemia (2020) da COVID-19 ocorreu a partir de envio de vídeos para a escola municipal, parceira do projeto, contemplando as necessidades apresentadas pelos profissionais da educação básica. Os vídeos foram produzidos pelos colaboradores (professores da Universidade Federal da Paraíba e profissionais da educação do município de João Pessoa), sendo propostas aos professores no âmbito da formação continuada, ações para a promoção da aprendizagem escolar.

As temáticas das oficinas de formação continuada em 2020 foram: 1) Aprendizagem, Educação e Pandemia; 2) Conceitos de Ensino Remoto e Educação a distância; 3) Desafios da educação em tempos de pandemia; 4) A Participação dos Alunos nas Aulas e Atividades do Ensino Remoto; 5) Dicas Gerais: Ensino Remoto Quantidade x Qualidade; 6) Recursos didáticos no Ensino de Geografia Remoto; 7) Explorando desenho, álbum seriado e mapa conceitual; 8) Ensino de História com Webgincana; 9) Atividades de Alfabetização em tempos de ensino remoto; 10) Trabalhando Ciências e Educação Ambiental a partir da horta escolar; 11) O Pensamento Algébrico nos Anos Iniciais; 12) Orientando o trabalho com padrões; 13) Problematizando a partir de Sequências; 14) Problematizando a partir de sequência - 4º e 5º anos.

Em relação ao acompanhamento pedagógico personalizado de crianças e adolescentes, foi efetuado pelos educadores sociais e pedagogos que atuavam nas Casas de Acolhimento⁷. Quatro casas receberam as atividades planejadas pelos projetos PET/PROBEX/PROLICEN de forma remota, respeitando o distanciamento social, sendo elas: Casa Feminina, Lar Manaíra, Morada do Betinho e Shalon. Pensadas de forma conjunta para respeitar as necessidades dos acolhidos e do momento atípico social, as atividades pedagógicas contemplaram as questões emocionais, sociais e psicológicas que estão presentes e são importantes ao cotidiano de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Já no ano de 2021, as ações de ensino e extensão contemplaram os eixos: formação inicial para bolsistas e voluntários, formação continuada docente, e por último, acompanhamento pedagógico personalizado remoto em duas casas: Casa Shalon e Morada do Betinho, quando foi possível contar com alguns dispositivos nas casas para que as mediações de uma hora semanal fossem cumpridas entre os estudantes bolsistas e voluntários da UFPB e crianças e adolescentes das

⁷ Faz-se importante notificar que nas casas de acolhimento em que os projetos atuam, apenas uma das casas havia a contratação de uma pedagoga. Nas demais casas, sob a gestão da prefeitura municipal de João Pessoa, foi realizada uma contratação apenas no período da pandemia (o que não era identificado antes da crise sanitária) tendo em vista a problemática da escolarização que sobressaiu devido ao não acesso às escolas com o distanciamento social.

Casas de Acolhimento. As atividades foram praticadas a partir de eixos temáticos, como racismo, respeito, importância da vacinação, criatividade, entre outros, com exercícios que contemplassem os níveis de alfabetização e pós alfabetização.

No que trata o eixo “Formação inicial para bolsistas e voluntários” foram concretizados três encontros: “Acolhimento Institucional e Casas de Acolhimento”; “Planejamento e Acompanhamento Pedagógico de crianças e adolescentes em acolhimento institucional” e “Experiências do acompanhamento pedagógico personalizado na Casa de Acolhimento Shalon”.

O eixo “formação continuada docente” contou com as seguintes ações: Roda de Diálogo com professores e equipe técnico-pedagógica sobre “Cuidado com a saúde mental docente em tempos de pandemia e ensino remoto”; “Oficina de Ciências: Meio ambiente na Educação infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental”; “Oficina de Matemática: Álgebra e formação teórica sobre generalização de padrões e sugestões de sequências didáticas para Anos iniciais do Ensino Fundamental”; Oficina de Avaliação: Metodologias de avaliação para o ensino remoto e presencial na Educação Infantil; “Oficina de Alfabetização: Práticas/atividades de alfabetização em tempos de ensino remoto nos Anos Iniciais”; “Oficina de Matemática: Atividades e avaliações para ajudar no desenvolvimento do raciocínio lógico na matemática na Educação infantil”; “Oficina de Avaliação:

Metodologias de Avaliação para o ensino remoto e presencial nos Anos iniciais”; “Oficina de Tecnologias da informação e comunicação: Uso de kahoot, Diário de bordo, Podcast e outros aplicativos como estratégias para ensino e avaliação na Educação infantil”; e por fim, “Oficina de Matemática: Metodologia de ensino/estratégias práticas com recursos para aulas remotas na Educação infantil e Anos iniciais”.

Além destas atividades, um diferencial neste ano de 2021 foi o acompanhamento de uma jovem egressa da Casa de Acolhimento, que já havia completado 18 anos, e tendo que se organizar de forma autônoma, a mesma teve o acompanhamento pedagógico voltado a organização dos estudos e ampliação do percurso acadêmico para o acesso a vida profissional.

De um modo geral, os resultados das ações nestes seis anos dos projetos, têm revelado maior sensibilidade dos profissionais da educação aos sujeitos residentes em casas de acolhimento, contribuindo para a superação de dificuldades junto a escola por parte das crianças, adolescentes e jovens, apropriação da leitura e da escrita, melhor relacionamento com colegas e professores, melhor auto estima, perspectiva de vida a partir da educação,

sendo demonstrado pelos seus próprios depoimentos, quando questionados sobre a importância dos projetos em suas vidas⁸:

Sim, estou conseguindo responder as atividades da escola

Ajudou mais nas dificuldades da escola

Comecei a entender melhor as atividades

O meu português melhorou

Eu aprendi mais.

Sim, tive ajuda em todas as provas e graças ao mediador consegui melhorar minhas notas

Me ajudou a melhorar nas tarefas.

Contribuiu porque a gente vai fazendo as atividades, melhorando as coisas, as notas.

Muito Importante por ensinar tudo que eu preciso...ajuda nas minhas dificuldades. É muito importante para minha pessoa

Me ensina tudo que eu não sei...me ensina ler...um bucado de coisa.

É bom para aprender, aprendi a ler mais, aprendi a ver as coisas.

A forma de se expressar na escola com professores e alunos. A pesar de não ter vontade de estudar, o projeto me estimula e me dá vontade de aprender.

⁸ Maior detalhamento destes depoimentos encontra-se publicado no livro “Dá Licença, que eu quero falar!” *Experiências escolares de adolescentes em instituições de acolhimento.* (2020)

Antes eu não focava em nada.... Não tinha sonhos. Mas hoje eu me sinto uma pessoa realizada e sei que vou conseguir.

Por estes depoimentos, nos sensibilizamos ao contribuir com a visibilidade da situação educacional que envolve estas crianças, adolescentes e jovens, e que, a não ser pelas ações realizadas dos projetos, não foram identificados, na maioria das casas, profissionais específicos como Pedagogos/as e Psicopedagogos/as que atuem diretamente nas Casas de Acolhimento para melhor mediar as situações relacionadas a escolarização e situações mais amplas na organização e processos formativos. Nossa preocupação advém da própria realidade que se comprova nos resultados da coleta de dados realizada em 2018 e do resultado de pesquisas dos 13 Trabalhos de Conclusão de Curso já desenvolvidos até o momento por participantes dos projetos, o que será possível verificar no tópico a seguir.

II- Constatação e Problemática

No desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão propostas pelo PET/ Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, o grupo de estudantes das áreas de Direito e Relações Internacionais, realizaram em 2018, a coleta de dados sobre a realidade educacional de crianças e adolescentes residentes em Casas de Acolhimento no município de João Pessoa/PB.

Na época foi possível ter acesso a informações de **68 crianças, adolescentes e jovens**, que residiam nas Casas de Acolhimento: Casa Feminina, Lar da Criança Jesus de Nazaré, Casa Lar Manaíra, Missão Restauração, Morada do Betinho, Fundação São Padre Pio de Pietrelcina e Casa Shalon. Estes dados serão apresentados como dados quantitativos.

Junto a esta atividade e no decorrer dos anos em que os projetos vêm sendo desenvolvidos, foram também elaborados Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs a partir da graduação de formação dos estudantes no projetos PET/ Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, PROBEX e

PROLICEN, concedendo um conjunto de pesquisas com abordagem qualitativa, com reflexão ao processo educacional das crianças, adolescentes e jovens participantes dos projetos nas casas de acolhimento. Estes resultados serão indicados com links de acesso a própria pesquisa no tópico de identificação aos dados qualitativos, para o qual o /a leitor/a poderá ter acesso em sua profundidade e detalhamento.

2.1- Dados quantitativos...

Os dados quantitativos seguiram uma proposta metodológica de abordagem descritiva⁹ sendo criado questionários para a coleta de dados, no qual os/as estudantes bolsistas do PET/ Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas visitaram as casas de acolhimento e colheram¹⁰ informações junto às coordenações e equipe técnica das casas. Sempre que era necessário seguiam às escolas das crianças, adolescentes e jovens para complementar as informações essenciais para tecer o perfil da realidade educacional dos sujeitos residentes em casas de acolhimento.

⁹ GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social (2008)

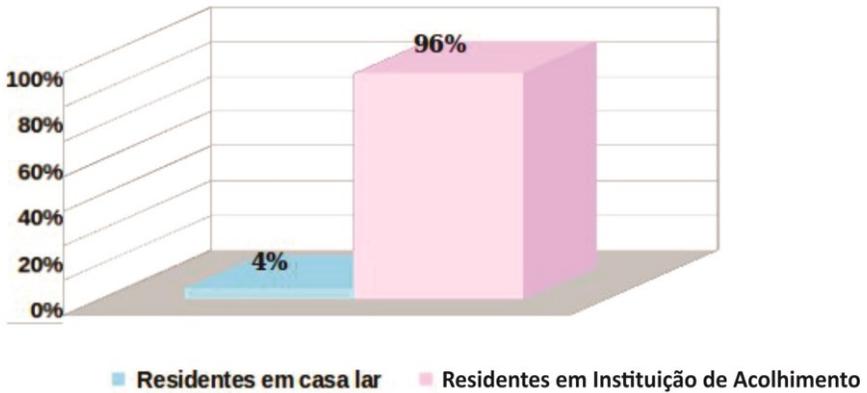
¹⁰ Vale notificar que este processo de coleta de dados, as pesquisas realizadas nos TCCs, bem como as ações de ensino e extensão, se deram com a devida autorização da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Paraíba e do Comitê de Ética do Centro de Ciências Médicas – CCM da UFPB

Na apresentação dos dados quantitativos, optamos em fazer a exposição em forma de gráficos considerando primeiramente os dados gerais, incluindo as crianças, adolescentes e jovens e, em seguida, a exposição de alguns destes mesmos tópicos, sendo que direcionados especificamente aos adolescentes e jovens, considerando o grupo de atenção prioritária nas ações dos projetos, ficando assim disponíveis ao/a leitor/a como melhor desejar para suas próprias reflexões e direcionamentos de estudos.

2.1.1- Realidade educacional das crianças, adolescentes e jovens das Casas de Acolhimento em João Pessoa - 2018

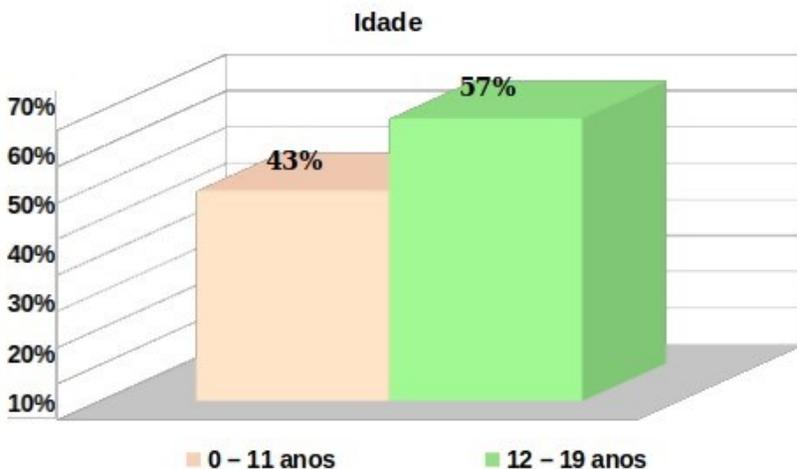
As instituições que agregavam as crianças e adolescentes que se encontravam em situação de acolhimento são apresentadas neste relatório em duas modalidades. O primeiro deles é denominado de Casa – lar¹¹ e o segundo nomeado Instituição de Acolhimento. Atualmente em João Pessoa, não existe mais esta primeira modalidade de acolhimento, mas na época da coleta de dados, existiam 03 adolescentes acolhidas em uma Casa-lar.

¹¹ Para melhor compreender as diferenças destas modalidades acessar o PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA da Paraíba, acessando o link <http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/11/plano.pdf> (2013, pag. 39)



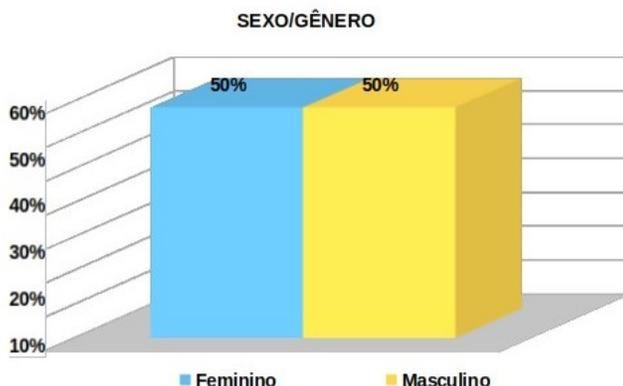
É possível perceber que nas Instituições de Acolhimento concentrava o maior número de crianças, adolescentes e jovens, correspondendo, inclusive, a 96% dos indivíduos.

Em relação a faixa etária é possível perceber a distribuição de percentagem para dois grupos específicos de 0 – 11 anos com um representativo de 43% e de 12 – 19 anos com 57%. Averigua-se um percentual maior de adolescentes e jovens.



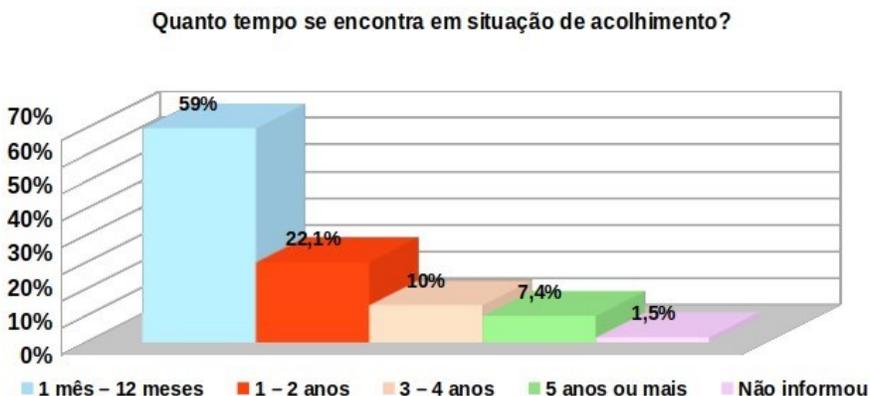
A partir desse panorama, é possível perceber a presença latente de adolescentes e jovens nos espaços de acolhimentos e ausência de espaços diferenciados, como uma República, para acolher os maiores de 18 anos.

No que diz respeito ao sexo/gênero, o gráfico a seguir aponta que existe uma paridade equânime entre as crianças, adolescentes e jovens:



Apesar de se diagnosticar o equacionamento no gráfico, não se identificou a heterogeneidade de sujeitos em todas as casas de acolhimento, pois havia casas com perfil de atendimento só masculino, e outras, só feminino.

Quanto ao tempo em que se encontravam em situação de acolhimento, temos o seguinte:

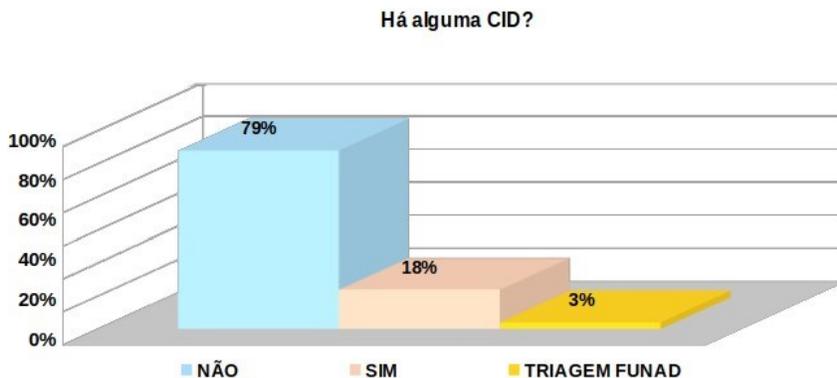


Os dados demonstram que 59% das crianças, adolescentes e jovens que se encontravam inseridos em instituições de acolhimento apresentavam permanência nesse ambiente por pelo menos 12 meses e 22,1% de 1 a 2 anos, o que seria tempo aceitável diante do que prevê a legislação¹². No entanto, há outros casos, em sua maioria adolescentes e jovens, que mesmo atingindo a maioridade, permaneciam nestes espaços, revelando tempo maior de 3 – 5 anos ou mais, sendo representado por 10% de 3 – 4 anos e 7,4% para 5 anos ou mais.

As pesquisas demonstram que, em alguns casos, ao contrário do que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que considera o sistema de acolhimento institucional como sendo uma medida de proteção excepcional e provisória, foi possível perceber a permanência de alguns sujeitos na casa por longo período de tempo, o que demonstra uma desarmonia entre a legislação e a realidade das medidas de proteção.

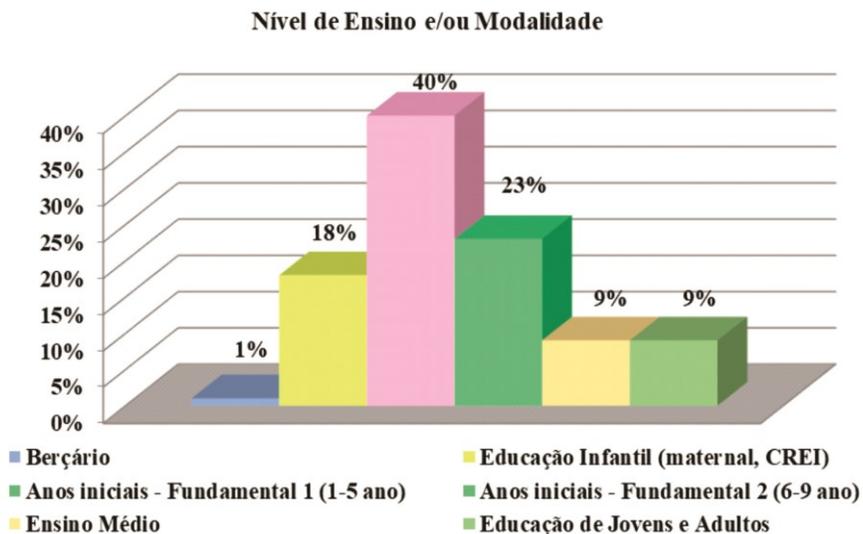
Concernente a identificação das crianças, adolescentes e jovens na Classificação Internacional de Doenças – CID, os dados apresentam uma representatividade de 18%:

¹² Segundo a Lei nº 13.509/2017 Art. 19, §2º (que altera o ECA - Lei nº 8.069 – 1990) propõe que: “ A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.”



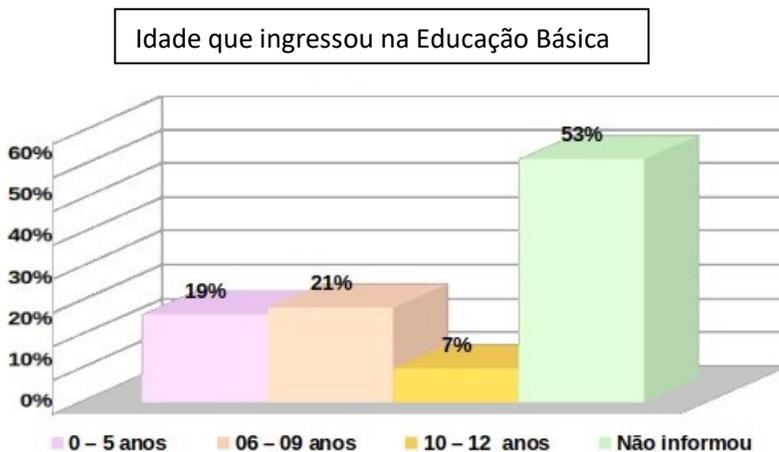
Esta realidade aponta a necessidade de profissionais especializados no acompanhamento das necessidades e dificuldades dos sujeitos acolhidos/as para o desenvolvimento humano, contratados especificamente na atuação junto as Casas de Acolhimento e na mediação junto às instituições no atendimento a estas realidades.

A partir dos gráficos a seguir, nos aproximamos às situações de escolarização. Neste primeiro é possível identificar o Nível de Ensino e/ou modalidade em que se encontravam as crianças, adolescentes e jovens:



Como é possível verificar, 1% estava relacionado aos que estavam em idade para berçário, 18% na educação infantil, 40% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que já sinalizava a possível distorção idade/ano na escola, considerando maior parte dos/as acolhidos ser representada por adolescentes e jovens (57% demonstrado em gráfico anterior). Em menor quantitativo, temos 23% nos anos finais do Ensino Fundamental, 9% no Ensino Médio e um quantitativo de 9% na Educação de Jovens e Adultos, que vem a confirmar mais um grupo com distorção idade/ano.

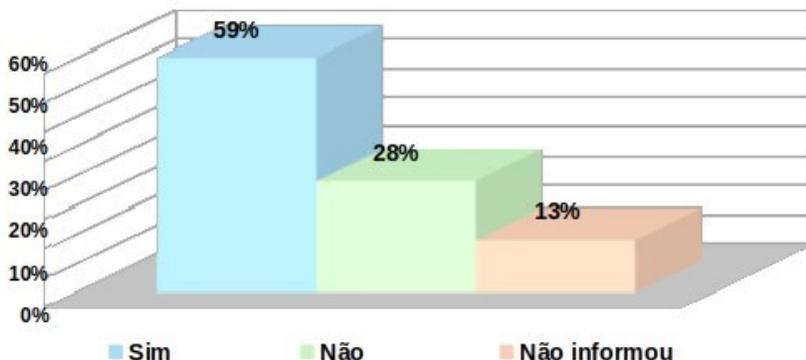
Quando questionado sobre qual a idade das crianças, adolescentes e jovens ingressaram na Educação Básica, há um grande percentual não informado, o que representa 53%:



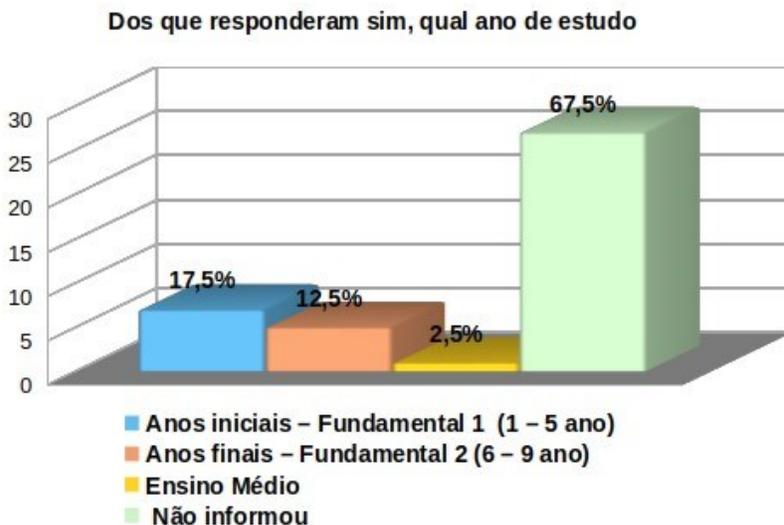
Os que tinham algum tipo de informação, foi possível constatar que 19% dos acolhidos ingressaram em berçário e educação infantil, 21% ingressaram dos 6 – 9 anos de idade, e 7% entre 10 e 12 anos, o que já representava início tardio ao sistema de ensino.

Em relação a estarem estudando quando chegaram na casa de acolhimento, obtivemos o seguinte resultado:

Estudando quando chegou na casa de acolhimento



O gráfico aponta que 59% das crianças, adolescentes e jovens já estavam no sistema de ensino antes do período de acolhimento, sendo registrado um grupo menor de 28% que não estava no sistema de ensino e 13% que não souberam informar, o que mesmo em situação de distorção idade/ano para alguns, já é significativo este quantitativo em sua maioria já estarem com algum vínculo em espaço formativo, o que é demonstrado no gráfico a seguir ao indicar o ano de estudo quando chegaram às casas de acolhimento:



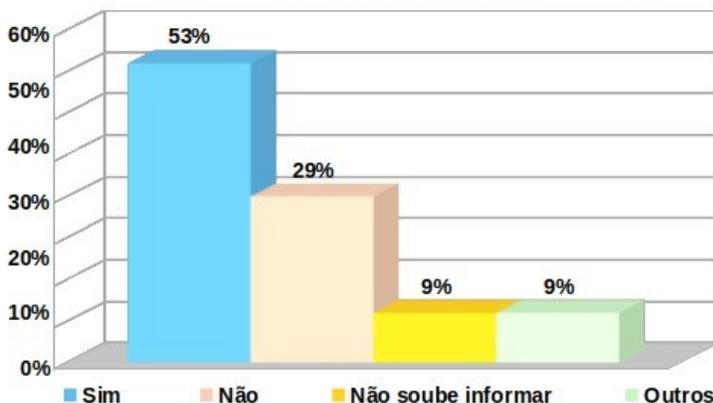
As crianças, adolescentes e jovens que estavam na escola antes do período de acolhimento institucional, equivalem a 59% (gráfico anterior), sendo que destes, apenas 32,5% (somando 17,5%, 12,5% e 2,5%) souberam responder, ou por meio de seus históricos escolares, informavam o ano exato que estavam estudando nesse período.

O percentual de 67,5%, não souberam responder por não lembrarem desse período e/ou por chegarem muito novos na casa, ou seja, ainda crianças, permanecendo até a fase da adolescência e juventude. Outro fator que dificultou essa coleta foi a falta dessa informação no cadastro individual junto as casas e

instituições. Cabe ressaltar, que é necessário que se alimente periodicamente o Plano Individual de Atendimento - PIA¹³. A obscuridade desses dados nos revela que existe uma ausência de memória educacional dos residentes nas casas de acolhimento institucional.

Em sua maioria, na chegada ao acolhimento, nos foi informado que havia documento referente ao ano de estudo, como se apresenta no gráfico a seguir:

Na chegada do acolhimento, havia documento referente ao ano de estudo?



Conforme o gráfico, foi informado que 53% das crianças, adolescentes e jovens que estão no serviço de acolhimento

¹³ Importante documento proposto pelas Orientações Técnicas (2018), o qual visa orientar e sistematizar o trabalho que as instituições desenvolvem com as criança, adolescentes e família durante o período de acolhimento.

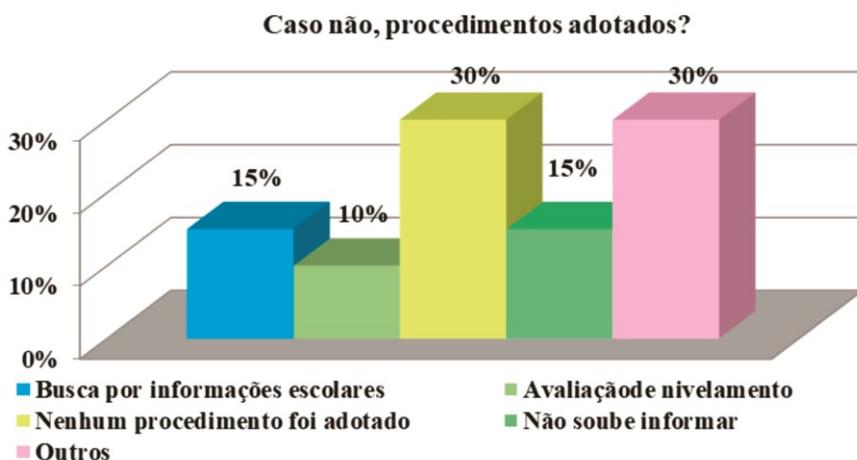
possuíam documentos referentes ao ano de estudo. Entretanto, quando questionado à equipe técnica acerca das espécies dessa documentação e da existência destes, em alguns casos, não houve citações dos mesmos e, inclusive, alguns não sabiam onde se encontravam os arquivos escolares.

Posteriormente, uma vez identificada a ausência dessas informações, foram realizadas visitas as escolas na tentativa de coletar esse dado importante, e em decorrência da visita, foi possível ter acesso a uma pequena quantidade de históricos escolares. Dessa forma, houve um percentual de acolhidos que não tinham nenhuma informação relacionada a sua vida acadêmica, cumpre salientar, que nesse percentual estão inseridos os que não estudavam antes do período do acolhimento e os que vieram de outra cidade do Estado da Paraíba para a cidade de João Pessoa.

O fato é que a obscuridade e a inexistência dos arquivos escolares, indicam fragilidades no processo educacional da vida desses sujeitos em situação de acolhimento. Afinal, como se conhecerá a realidade do estudante, uma vez que não se sabe o desempenho destes nas escolas. Desse modo, a obtenção desse acervo documental se demonstra como salutar, tendo em vista, que através dela será possível traçar metas e objetivos específicos de acordo com a realidade de cada criança, adolescente e jovem em situação de acolhimento, possibilitando, portanto, acesso às

eventuais dificuldades e potencializando as habilidades de cada indivíduo.

Decorrente das informações do gráfico anterior, buscou-se saber os procedimentos adotados para o grupo de 29% que chegaram à casa de acolhimento sem documentação referente a escola:

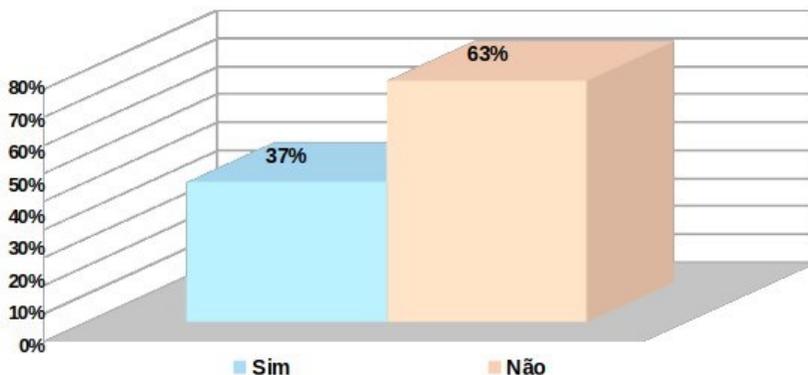


Os dados apontados no gráfico exposto nos mostram que para efetuar a matrícula escolar dos 29% das crianças, adolescentes e jovens que não tinha nenhum documento probatório para sua efetuação, foram tomadas algumas medidas emergenciais. Constatamos que o percentual de 15% teve a equipe em mobilização por busca de suas informações escolares, 10% foi proposto avaliação na escola para nivelamento e encaminhamento

ao ano de estudo correspondente, 30% nenhum procedimento foi adotado e 45% não tivemos a sua especificação, somando os 15% que não soube informar e 30% relacionado a outras situações.

Estes últimos dados nos trazem à reflexão a hipótese de que estas crianças, adolescentes e jovens foram encaminhadas aos anos escolares relacionados às suas faixas etárias, o que já indica o grande percentual que se reconhecem não ter equivalência do ano de estudo e o nível de aprendizagem que apresentavam, o que veremos no próximo gráfico.

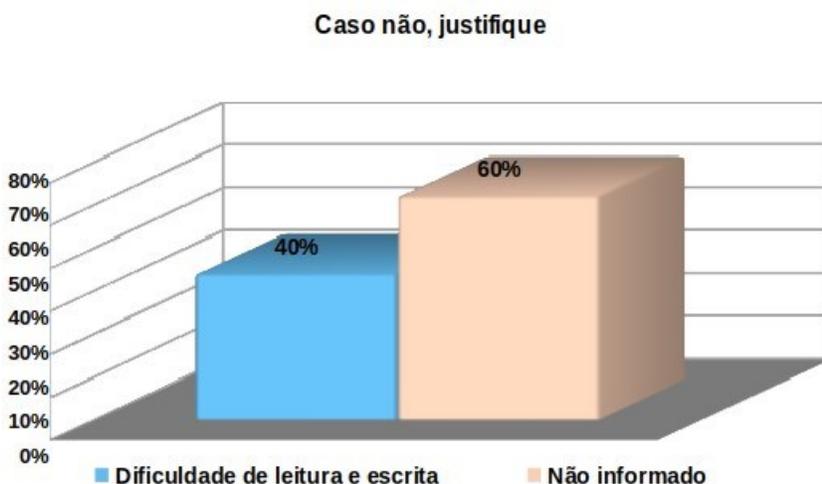
O nível de conhecimento do acolhido corresponde ao ano de estudo na escola?



Fica evidente que para além da distorção idade/ano, há um descompasso entre o nível de conhecimento das crianças, adolescentes e jovens e o ano escolar que estudavam, sendo

representado pelos 63%, o que na prática, por exemplo, indicava adolescentes com 15 anos em turmas de 7º ou 8º ano, sendo que ainda apresentavam necessidade de alfabetização inicial.

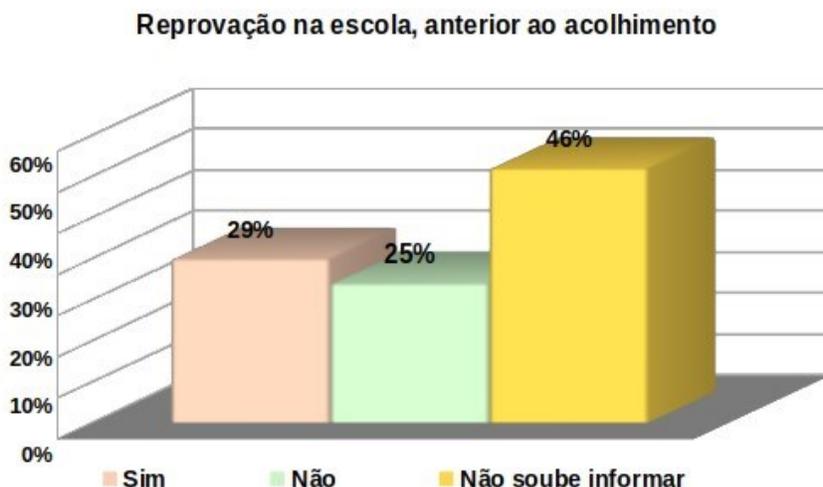
Esta informação se confirma ao constatar que dos 63% que não possuíam o nível de conhecimento correspondente ao ano de estudo, destes, 40% é indicado com dificuldades de leitura e escrita, conforme o gráfico a seguir:



Portanto, ao relacionar à aprendizagem e o baixo desempenho escolar, verificamos que os sujeitos em situação de acolhimento tinham que lidar com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita. Diante disso, as equipes multidisciplinares nas escolas têm um papel fundamental nessa relação de diagnóstico, com o intuito de prevenção e reparação dos danos causados na

aprendizagem e no desenvolvimento dos mesmos, sendo importante a presença de profissionais da área da educação nas casas, para melhor mediar estas situações junto a escola.

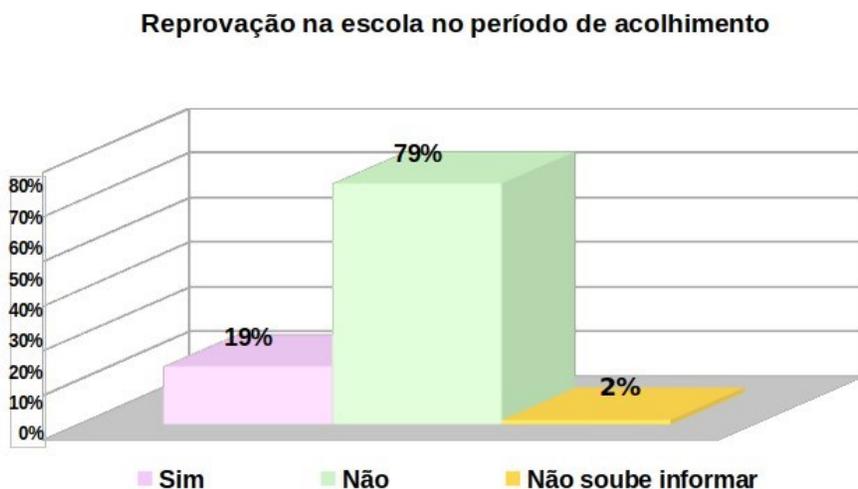
Seguindo com os dados, buscou-se saber sobre o índice de reprovação antes e depois do acolhimento institucional:



O gráfico acima nos mostra o percentual de 29% das crianças, adolescentes e jovens acolhidas que estiveram em situação de reprovação antes do período que foram institucionalizados, 25% que não foram, no entanto, há um percentual maior de 46% que não souberam informar e que temos a hipótese de que neste grupo encontravam-se os que tiveram entrada tardia na escola e

os que tiveram idas e vindas ao espaço escolar, sendo demonstrado nos dados relacionados a distorção idade/ano e incompatibilidade do nível de conhecimento e ano de estudo.

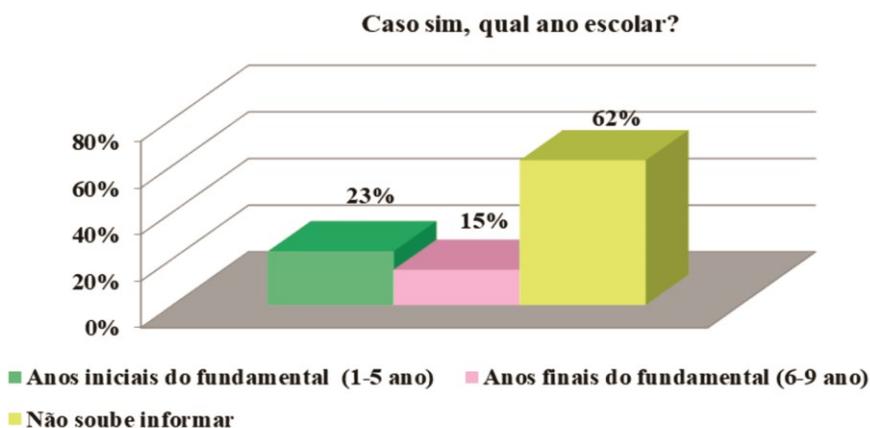
Após o acolhimento institucional, o número de reprovação diminuiu, conforme o gráfico a seguir:



Foram apresentados 19% para o percentual de reprovação e 79% de aprovação, sendo apenas 2% que não souberam informar. Logo, baseado na leitura desse gráfico, fica a forte indicação que as instituições de acolhimento, mesmo com questões específicas a serem melhor direcionadas em relação à educação dos/as acolhidos/as, têm contribuído para um mais

adequado acompanhamento do processo de escolarização das crianças, adolescentes e jovens, garantindo a permanência no espaço escolar, em comparação aos dados relacionados a reprovação anterior ao acolhimento.

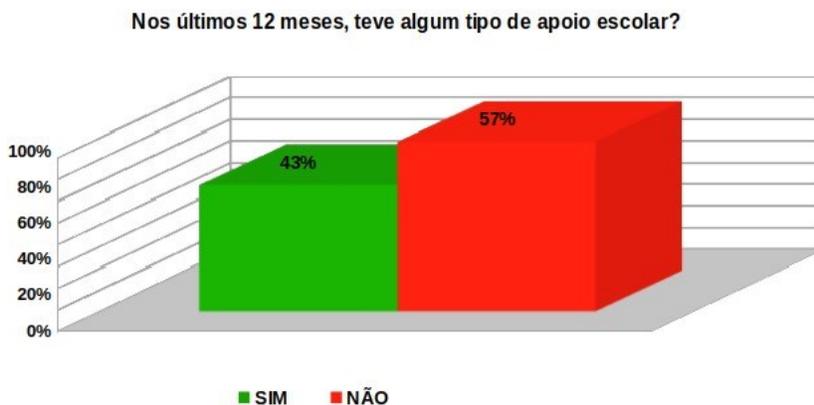
Em se tratando especificamente das reprovações em período de acolhimento, foi demonstrado um maior percentual nos anos iniciais:



Os dados apontam que, dos 19% que apresentaram situação de reprovação no período de acolhimento, 23% vivenciaram a reprovação nos anos iniciais e 15% nos anos finais do ensino fundamental. Tendo o percentual de 62% não informado, indicando ausência de informações e mais uma vez a não atenção ao percurso escolar das crianças, adolescentes e jovens nas casas

de acolhimento, atenção necessária para melhor acompanhamento e mediação de suas dificuldades de aprendizagem.

Esta realidade é demonstrada no gráfico a seguir quando questionado sobre apoio escolar desenvolvido na própria casa de acolhimento:



Os dados revelam que um percentual de 57% desse público não teve nenhum tipo de apoio escolar nos últimos 12 meses, considerando o ano de 2018 quando estes dados foram coletados. A ausência de acompanhamento por parte de um profissional que oriente nas atividades escolares se configura como um dos fatores que contribuem para a defasagem no processo de escolarização desses grupos. As instituições de acolhimento se mostram fragilizadas em relação a profissionais qualificados que atendam a essas necessidades, capazes de promover nesses espaços o

desenvolvimento sadio e adequado daqueles que ali se encontram inseridos.

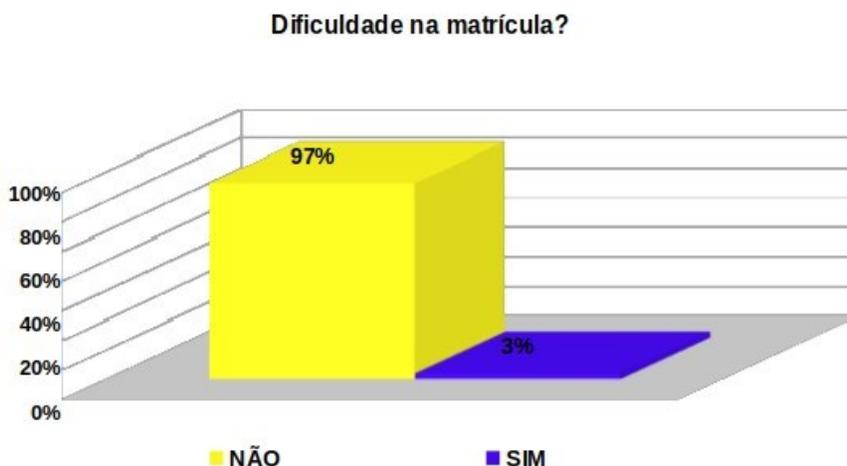
Em relação aos 43% que demonstraram ter algum tipo de apoio escolar, se reconhece ações em sua maioria de voluntários e de projetos, o que não se configura como política pública permanente:



O projeto Letramento e Escolarização a partir de Histórias Individuais para Autonomia - LEHIA indica 24% e o reforço 28% entram em destaque, por se apresentarem formas sistematizadas de mediar o conhecimento e atender as dificuldades de aprendizagem. Destes, chamamos atenção ao projeto LEHIA, o qual parte das ações dos projetos citados inicialmente e que tem atuado nas casas de acolhimento desde 2016, cuidando das

situações mais agravantes de escolarização, de distorção idade/ano e processos de alfabetização.

Em relação as dificuldades em relação a matrícula das crianças e adolescentes em instituições de ensino, não percebemos percentual elevado, pelo contrário, temos a indicação de que 97% não tem dificuldade para que sejam efetuadas suas matrículas, apenas 3% apresentaram certa dificuldade:



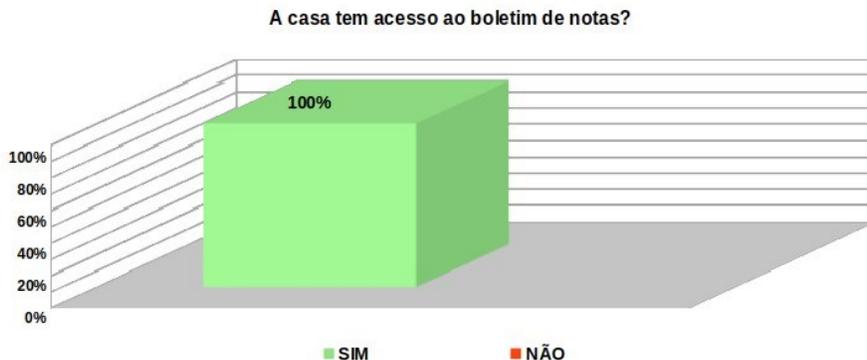
Para estes 3%, em alguns casos, as redes de ensino se negavam a realizar suas matrículas. Os/as coordenadores/as alegaram que na maioria destes casos, a matrícula era realizada por meio de declaração via judicial.

Contudo, em aspectos gerais, foi constatado que as Casas de Acolhimento tinham um bom relacionamento com a escola.



Os dados apontaram que com um percentual de 100% das casas de acolhimento de João Pessoa apresentavam um bom relacionamento com a escola, as quais demonstravam uma preocupação em informar aos responsáveis sobre o andamento e desempenho escolar do estudante bem como a manifestação de comportamento tais como indisciplina, dificuldades de aprendizagem, dentre outros.

Em relação ao acesso das notas, verifica-se:



Segundo os dados analisados, 100% dos acolhidos tinham acompanhamento de suas notas periodicamente em parceria da equipe técnica (coordenadores, assistente social e psicóloga) e a escola. Ao questionar como seria esse acesso, foi relatado que a equipe participava de reuniões pedagógicas chamadas de reunião de pais e mestres ou na ausência da equipe nesses encontros, eram solicitados a diretora ou ao diretor da escola, as notas de cada acolhido/a por via de fotos para o WhatsApp.

No que se refere ao acesso ao histórico escolar, verifica-se:



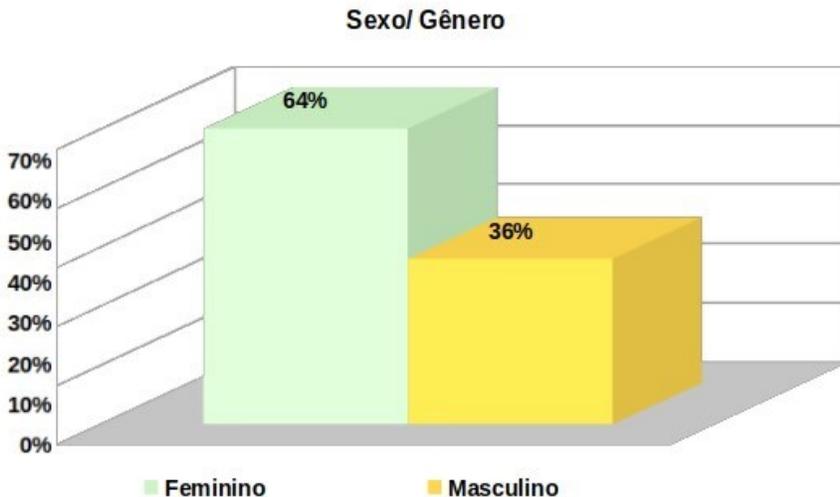
Segundo os dados colhidos, um percentual de 100% das casas de acolhimento tinha acesso ao histórico escolar dos estudantes. No entanto, durante a pesquisa *in locu*, identificou-se inúmeras dificuldades para conseguir ter acesso às informações, que vão desde ausência de documentação até os obstáculos que eram consolidados pelos próprios gestores das escolas.

2.1.2- Realidade educacional dos/as adolescentes e jovens das Casas de Acolhimento em João Pessoa - 2018

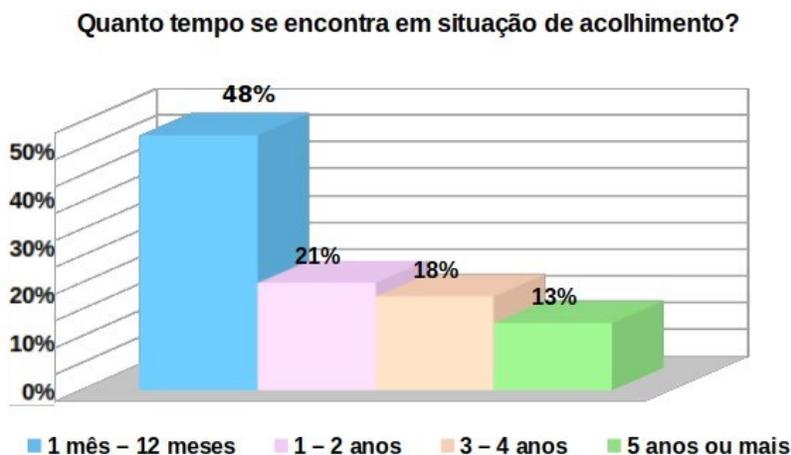
Como informado anteriormente, após apresentação dos dados gerais relacionados às crianças, adolescentes e jovens residentes nas casas de acolhimento de João Pessoa, a equipe de coleta de dados optou em apresentar alguns eixos dos dados gerais,

contemplando apenas os/as adolescentes e jovens representados em um quantitativo de **39 sujeitos**, por ser este o grupo prioritário na mediação das ações de ensino e de extensão dos projetos, e por perceber maior distorção idade/ano e maior necessidade de investimento para a autonomia, estando mais próximos de completarem a maioridade.

No que diz respeito a caracterização do grupo de adolescentes e jovens, faz-se importante facultar destaque ao percentual relacionado ao sexo/gênero. É possível verificar um número maior do grupo feminino, representado pelos 64%, enquanto 36% representavam o grupo masculino:



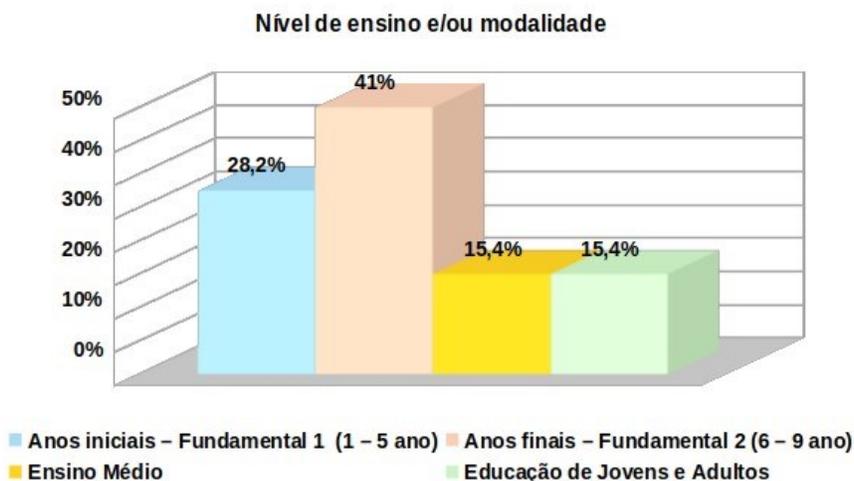
Em se tratando do tempo de acolhimento, encontramos no grupo de adolescentes e jovens o percentual que revela de fato a permanência nas casas de acolhimento no período maior que o descrito pela legislação, sendo de 18 meses:



Os dados coletados demonstraram que 48% dos adolescentes e jovens que se encontravam inseridos em serviços de acolhimento, apresentavam permanência nesse ambiente por pelos 12 meses. Porém, existiam aqueles que permaneciam nas instituições por mais tempo e até a maioria, por isso a inclusão de jovens com 19 anos nos dados coletados, referente aos que ainda permaneciam nas casas. Temos então 18% dos adolescentes e jovens com até 04 anos, e 13% com permanência de 05 anos ou

mais, totalizando nestes dois últimos grupos 31%, os quais não tinham previsão de reintegração as suas famílias ou se seriam preparados para a desinstitucionalização.

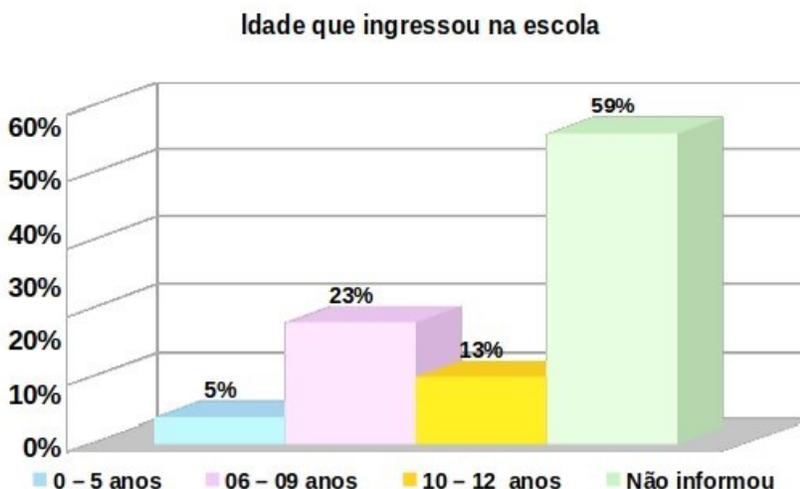
Junto a este contexto problemático de permanência nas casas de acolhimento, no tempo maior que 18 meses, a realidade dos/as adolescentes e jovens se agravavam neste contexto quando nos aproximamos do ano de estudo nesta faixa etária dos 12 aos 19 anos:



Os dados referentes aos anos iniciais, Fundamental I de 28,2% somados aos 15, 4% que estudavam na Educação de Jovens e

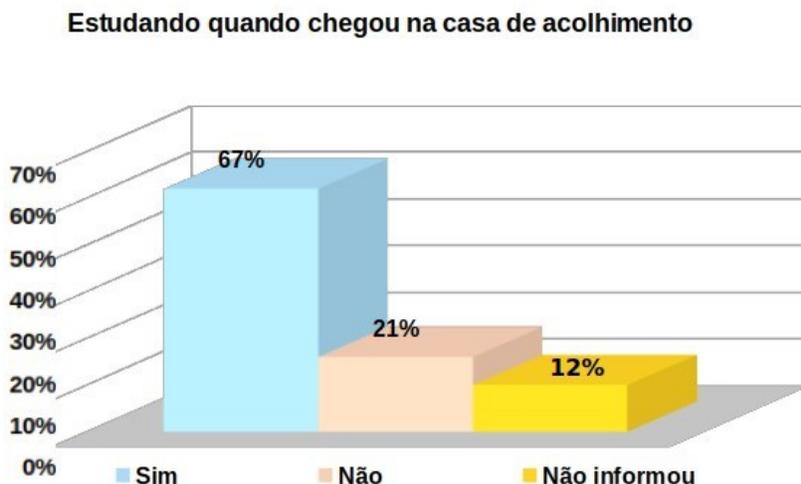
Adultos, já revelava um índice de 43,6% de adolescentes e jovens comprovadamente com distorção idade/ano na escola.

No que diz respeito a idade que os adolescentes e jovens ingressaram na escola, identificou-se a ausência de informações na maioria dos casos:



Percebe-se um grupo considerável de 59% dos/as colhidos/as sem informações relacionadas a idade de ingresso na escola, sendo que a informação de 13% com entrada na escola entre os 10 e 12 anos, já apresenta reflexões que nos inquietam e sinalizam um percurso escolar de entrada tardia, conduzindo em sua maioria, a sérias dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem.

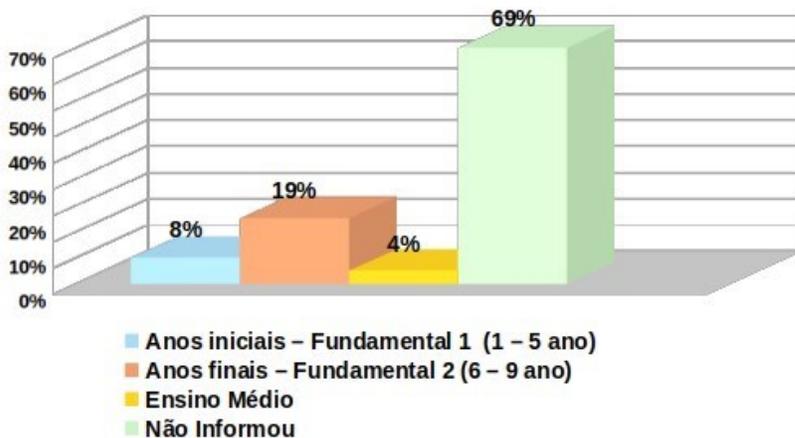
No gráfico a seguir nos deparamos com a situação escolar quando estes adolescentes e jovens chegaram na Casa de Acolhimento:



Identifica-se que 67% dos adolescentes e jovens já estudavam antes do período de acolhimento e o grupo que não estava estudando referia-se a 21%. Quanto aos outros 12%, a coordenação não soube responder, pois não existiam documentos comprobatórios dessa informação e alguns estavam no serviço de acolhimento a muito tempo, e eram transferidos de outras instituições, não tendo informações a este respeito.

Dos 67% que estavam estudando ao chegarem na Casa de Acolhimento, poucos tinham informações sobre o ano de estudo:

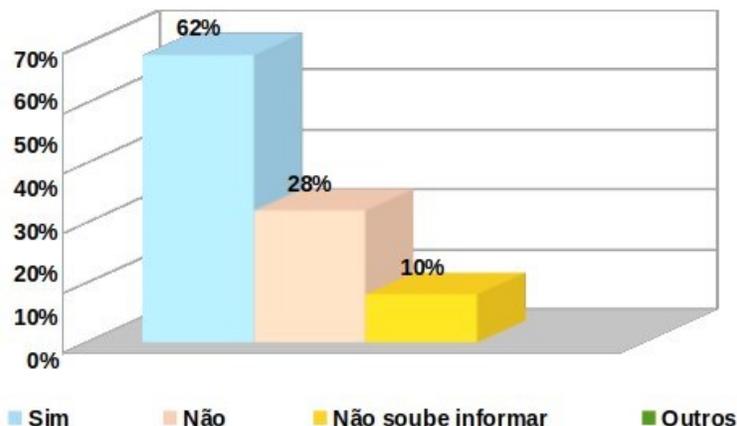
Dos que responderam sim, qual ano de estudo



O total de 8% dos adolescentes estavam matriculados nos anos iniciais correspondentes ao Fundamental 1 (1-5 ano), já 19% deles estavam nos anos finais, 6º ao 9º ano, e 4% dos adolescentes e jovens estavam no nível médio. O percentual de 69%, não souberam responder por não lembrarem desse período, por estarem alguns anos na casa ou por falta dessa informação no cadastro individual.

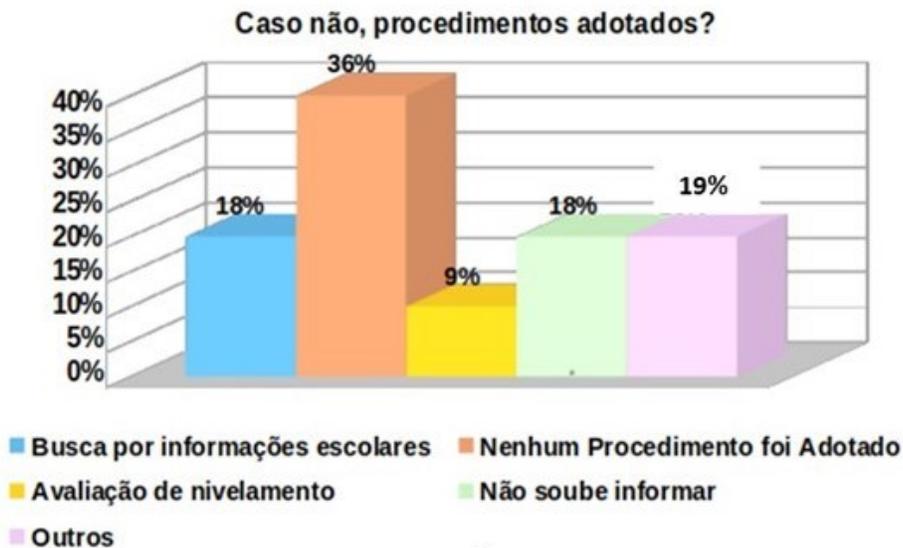
Junto a estes dados, importante destacar sobre os documentos concernentes ao ano de estudo ao chegarem na casa de acolhimento:

Na chegada do acolhido, havia documento referente ao ano de estudo



Constata-se que 62% dos adolescentes e jovens tinham documentos referente ao ano de estudo, e ao perguntar quais documentos que comprovavam, a grande parte da equipe técnica não soube citar quais. Alguns referiam-se aos históricos escolares ou boletins. O percentual de 28% não tinha informação relacionada ao estudo, e nesse percentual estavam inseridos os adolescentes e jovens que não estudavam antes do período do acolhimento e os que migraram das cidades pequenas do Estado da Paraíba para a cidade de João Pessoa. E o quantitativo de 10%, a equipe técnica não soube responder, pois esse grupo vinha transferido de outras casas, o que se percebe a ausência de comunicação de informação entre algumas casas no que diz respeito a escolarização dos sujeitos.

Mediante a situação de ausência de documentos, foi questionado os procedimentos adotados:



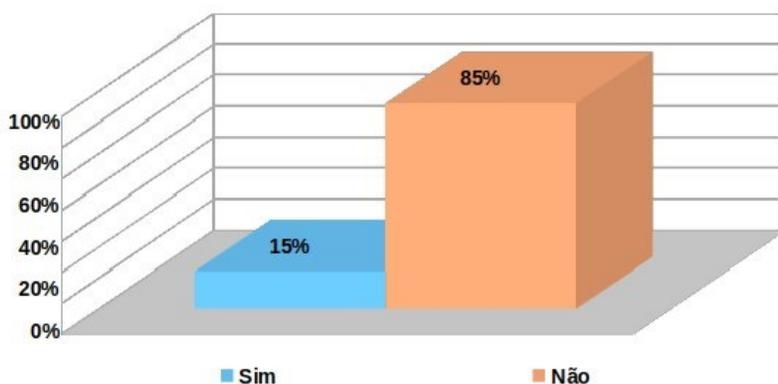
Os dados nos revelam que dos 28% (gráfico anterior) que não tinham documentos escolares ao chegarem na casa de acolhimento, o percentual de 18% indicou que a equipe técnica buscou por estas informações escolares, tentando fazer contato com a secretaria de educação. Constatamos que 36% conseguiram ser matriculados sem o histórico escolar, portanto, nenhum procedimento foi adotado de forma mais específica. Percebe-se também que 19% desses indivíduos, começaram a estudar após o serviço de acolhimento, assim as casas buscaram outros

mecanismos para realizar a matrícula. Diante dos dados coletados, verificamos que o percentual de 18% a equipe não soube responder quais os procedimentos adotaram e algumas escolas adotaram a prova de nivelamento para o grupo de 9% dos adolescentes e jovens que não tinham nenhum documento.

Estas informações revelam o diferencial da Casa de Acolhimento no processo de permanência dos adolescentes e jovens na escola, revelando o cuidado para que todos/as, ao menos, estivessem matriculados.

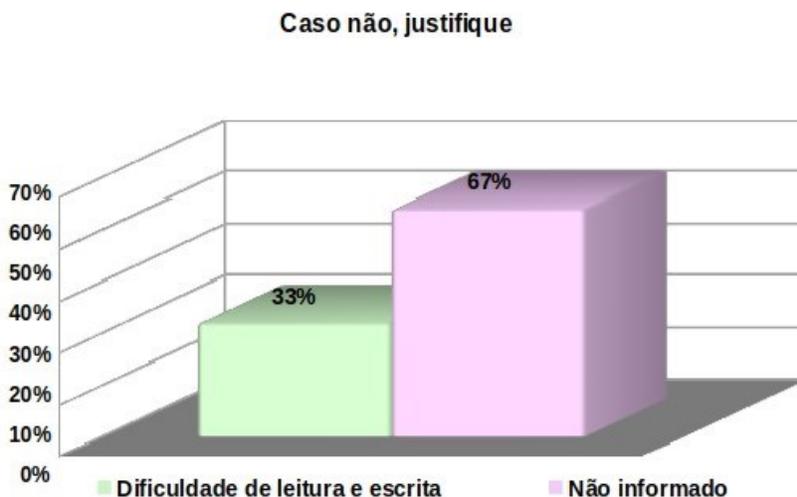
No gráfico a seguir chega-se a maior preocupação relacionada ao processo de escolarização, quando questionado se o nível de aprendizagem correspondia ao ano de estudo em que estes sujeitos estavam matriculados:

O nível de conhecimento do acolhido corresponde ao ano de estudo na escola?



Comprova-se que dos 39 adolescentes e jovens, apenas 15% correspondia o nível de conhecimento ao ano de estudo na escola, revelando um altíssimo percentual de 85% que revelavam ausência de conhecimentos necessários ao ano de estudo que estavam matriculados, o que se agrava com os dados de distorção idade/ano já refletidos em gráficos anteriores.

Neste contexto, foi questionado a que se justificava a percepção de que não apresentavam conhecimento necessário para o ano de estudo ao qual estavam matriculados:



Dos 85% dos adolescentes e jovens foi informado que 33% era identificado com dificuldades na leitura e na escrita, e o

percentual maior de 67%, revelava a ausência de maiores informações para melhor mediar as suas dificuldades de aprendizagem, o que já vai indicando a necessidade de profissionais específicos para atuarem na área da educação nas Casas de Acolhimento.

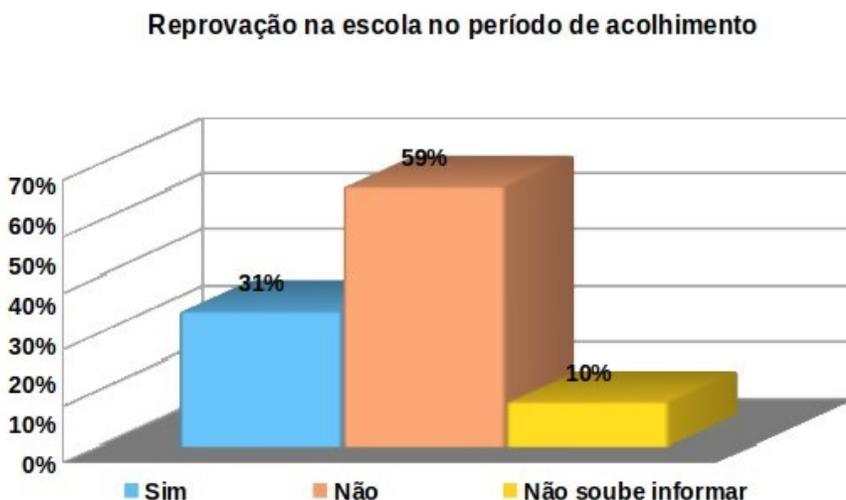
No que diz respeito às informações sobre reprovação dos sujeitos antes do período de acolhimento, temos dados preocupantes que melhor esclarecem as problemáticas no âmbito educacional encontradas nas casas:



Percebe-se que o percentual dos acolhidos que reprovaram algum ano no seu período escolar é de 46%, totalizando em torno de 22 adolescentes e jovens, com comprovação em seu histórico escolar. Observa-se que 26% não reprovaram, mas esses mesmos

não sendo reprovados apresentavam dificuldades em sua escrita e leitura. Há também um percentual de 28% daqueles que não houve comprovação em nenhum documento legal e também não soube informar, mas que no trabalho realizado com o ensino e a extensão foi possível verificar a distorção idade/ano escolar e a incompatibilidade do nível de conhecimento e o ano de estudo, já apresentado em gráficos anteriores.

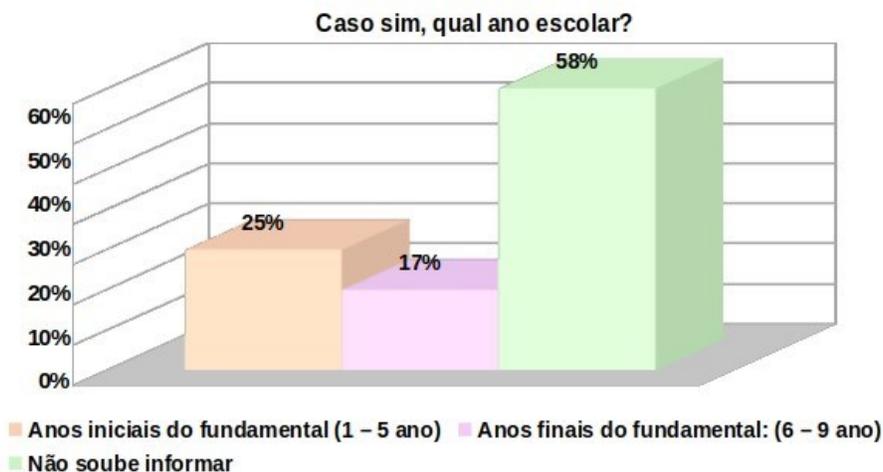
Ao chegarem no acolhimento institucional, o número de reprovação diminuiu comparando ao gráfico anterior:



Sendo revelado 31% de reprovação e 59% de aprovação, após estarem em situação de institucionalização, e apenas 10% não souberam informar. Estes dados revelam a importância do

acolhimento institucional mediante situações de violação de direito, contribuindo para sejam amenizadas as situações de fracasso escolar.

Considerando os 31% que apresentaram reprovação após situação de acolhimento institucional, verifica-se o ano de estudo em que ocorreu esta situação:



Percebe-se que o percentual de 25% relatou que já houve situação de reprovação escolar nos anos iniciais do fundamental, nos anos de 1º ao 5º ano, o que reforça os motivos de estarem intimamente ligados as dificuldades com a leitura e a escrita, processos de alfabetização, demonstrados nos gráficos gerais.

Os 17% refere-se aos anos finais do fundamental equivalente ao 6º - 9º ano, trazendo mais uma vez a reflexão daqueles que apresentam incompatibilidade do nível de conhecimento e o ano de estudo, provocando dificuldades maiores no processo de escolarização.

E por fim, 58% dos entrevistados não souberam responder em qual ano foram reprovados, demonstrando mais uma vez a ausência de informações no que diz respeito ao percurso escolar dos sujeitos acolhidos, reforçando a preocupação com a necessidade de profissionais da área de educação para melhor acompanhamento e mediação nestas situações.

No que diz respeito ao relacionamento da casa com a escola, no acesso as notas e histórico escolar, a realidade dos adolescentes e jovens são identificadas nos próprios dados gerais, revelando que a escola cumpre com o acesso destas informações.

Em reflexão a estes dados quantitativos, percebe-se em aspectos gerais uma certa tranquilidade na realização de matrícula e relacionamento da Casa de Acolhimento com a escola, entretanto verifica-se ausência de atenção mais específica às situações que compete a um profissional da área, como pedagogos/as e psicopedagogos/as.

Há situações de reprovação, há incompatibilidade de ano de estudo e nível de aprendizagem, há situações sem respostas, o que já demonstra a necessidade de profissionais para atuarem na mediação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Esta preocupação se revelou com maior constatação nas pesquisas realizadas através dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs, os quais trouxeram como resultados a necessidade de profissionais atuando especificamente junto aos processos formativos e de escolarização das crianças, adolescentes e jovens, residentes em Casas de Acolhimento. É o que veremos no tópico a seguir dos dados qualitativos.

2.2 - Dados qualitativos...

Em contato com os dados quantitativos, a realidade educacional de crianças, adolescentes e jovens das Casas de Acolhimento traz indícios de maior atenção no que diz respeito a presença de profissionais da área de educação e que trabalham também mediando as dificuldades de aprendizagem, referindo-nos aos Pedagogos/as e Psicopedagogos/as.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso- TCCs realizados pelos estudantes bolsistas e voluntários a partir de suas experiências de ensino, pesquisa e extensão nos projetos desenvolvidos nas Casas

de Acolhimento, revelam uma ampla discussão que reforçam cientificamente a fragilidade destas casas, no que se refere ao processo educacional das crianças, adolescentes e jovens que ali residem.

A seguir, apresentamos uma síntese destes resultados qualitativos em seus respectivos anos de realização, trazendo o resumo e ênfase na constatação destes trabalhos, bem como links de acesso, para que o/a leitor possa se debruçar com maior entendimento desta temática:

2017

1 - ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM JOVENS COM PARALISIA CEREBRAL E DÉFICIT VISUAL: UM ESTUDO DE CASO COM UM JOVEM ACOLHIDO NA MORADA DO BETINHO - HAYANNA GOMES DA SILVA

Curso: Psicopedagogia

Resumo: Baseia-se no desenvolvimento de estratégias de avaliação psicopedagógica direcionado a um estudo de caso de um jovem com comprometimentos motores e visuais, residente em Casa de Acolhimento, onde tivemos como principais objetivos: Desenvolver estratégias de avaliação psicopedagógica em indivíduos com paralisia cerebral e déficit visual, objetivando investigar fatores que contribuem para os atrasos de aprendizagens cognitivas e sociais, verificar através da observação, respostas as atividades lúdicas, apresentados ao

jovem, e propor ações interventivas que atenda as necessidades mediante a avaliação. Através dos instrumentos Escuta/ Anamnese/Entrevista Estruturada/ Observação interligadas aos instrumentos lúdicos, esta pesquisa enfatiza o desenvolvimento de uma ação psicopedagógica integradora e personalizada no Espaço das Casas de Acolhimento, na compreensão global que envolve o jovem com comprometimentos motores e visuais e que em sua infância foi negligenciado em sua esfera cognitiva e acadêmica. As principais fontes teóricas foram direcionadas pelos estudos de Sánchez, Bonals e organizadores. (2008) e Oliveira e Bossa (2013) em que podemos verificar que as principais causas que levaram o acolhido a não adquirir as habilidades sociais e acadêmicas não podem estar associadas apenas aos fatores cognitivos, mas interliga-se a diversas causas de cunho social (vulnerabilidade/ privação da interação com o meio que o cerca, etc.).

Constatação: As principais causas que levaram o acolhido a não adquirir as habilidades sociais e acadêmicas não podem estar associadas apenas aos fatores cognitivos mas interliga-se a diversas causas de cunho social (vulnerabilidade/ privação da interação com o meio que o cerca etc.).

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15509/1/HGS15062017.pdf>

2018

2- O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) EM CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DO ASSISTENCIALISMO AO DIREITO À EDUCAÇÃO - DIONE OLIVEIRA DE SOUZA LIRA

Curso: Pedagogia

Resumo: Neste trabalho de conclusão de curso, propõe-se refletir as ações pedagógicas desenvolvidas em casas de acolhimento institucional em João Pessoa/PB. Através de uma revisão de literatura dos trabalhos já publicados de dissertações e teses e de pesquisa empírica, como também da pesquisa de campo com entrevista em áudio sobre as ações pedagógicas de pedagogos (as) em instituições de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Nota-se um volume insuficiente de produção nesse campo, o que contrasta com a importância e complexidade das dinâmicas de trabalho vivenciadas pelos profissionais nessas instituições. Com base nisto, discutimos o discurso das políticas de assistência social no acolhimento institucional; os sujeitos do acolhimento institucional, como também o direito a educação nesse contexto. O processo metodológico e analítico da pesquisa foi construído a partir das ações de intervenção do Programa de Educação Tutorial - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, que provocou questionamentos e proporcionou reflexões sobre a

[Sumário](#)

dimensão pedagógica presente nas práticas de acolhimento institucional. Desse modo, foram entrevistados quatro coordenadores de casas de acolhimento institucional através de um roteiro de perguntas semiestruturado. As entrevistas feitas aos coordenadores das casas de acolhimento foram analisadas através do método de categorização de Bardin (2010) com o uso de três categorias sendo: atuação do pedagogo(a) na instituição de acolhimento; o papel do educador(a) social na instituição de acolhimento; e o planejamento educativo nestas instituições. Conclui-se que a atuação do(a) pedagogo(a) no contexto do acolhimento institucional é fundamental para a passagem das situações de assistencialismo para o fortalecimento do direito à educação nesses espaços.

Constatação: A atuação do/a pedagogo/a no contexto do acolhimento institucional é fundamental para a passagem das situações de assistencialismo para o fortalecimento do direito à educação nesses espaços.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14154/1/DOSL27112018.pdf>

[Sumário](#)

3- DIÁLOGO ESCOLA E CASA DE ACOLHIMENTO: UMA EXPERIENCIA DO PROBEX/UFPB - GIORDANA KAROLINE DA SILVA ESTEVÃO

Curso: Pedagogia

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda sobre o acolhimento institucional e tem como objetivo geral analisar a relação dos profissionais de educação das escolas públicas de João Pessoa e as Casas de Acolhimento em que seus alunos residem, e como objetivos específicos: identificar a concepção dos profissionais da educação em relação aos adolescentes residentes em casas de acolhimento; verificar ações de diálogo entre a escola e as casas de acolhimento; refletir sobre a importância de investir na relação escola e casa de acolhimento na promoção da escolarização dos adolescentes. Os fundamentos teóricos da pesquisa contemplam o contexto histórico dos acolhimentos institucionais no Brasil e o direito das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente na atualidade, utilizando como a parte teórica Charlot (2000), Silva (2013), Rizzini (2004), Paulo Freire (1996), Baptista (2006). Além do levantamento bibliográfico foram consultados documentos como: CONANDA; CNAS (2009), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Realizamos uma pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva no qual teve como fonte de pesquisa entrevistas

[Sumário](#)

informais e questionários elaborados para os professores e gestor da Escola, coordenador e psicólogo da Casa de Acolhimento. Os dados da pesquisa foram analisados de acordo com a técnica Análise qualitativa (GIL, 2008). Os resultados obtidos indicam que os profissionais da Escola revelam uma concepção confusa sobre os alunos acolhidos, a ausência de diálogo entre as Casas de Acolhimento e as Escolas nas quais seus adolescentes estudam e a necessidade que haja a promoção desse dialogo para um melhor desenvolvimento no processo de escolarização desses alunos.

Constatação: Os resultados obtidos indicam que os profissionais da Escola revelam uma concepção confusa sobre os alunos acolhidos, a ausência de diálogo entre as Casas de Acolhimento e as Escolas nas quais seus adolescentes estudam e a necessidade que haja a promoção desse dialogo para um melhor desenvolvimento no processo de escolarização desses alunos.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11185/1/GKSE11072018.pdf>

4- O PEDAGOGO E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM CASAS DE ACOLHIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DO PET/CONEXÕES DE SABERES - PROTAGONISMO JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS - EDGINA MAGALLY ALVES VITORINO

Curso: Pedagogia

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) verificou a importância do pedagogo e a mediação. Apresenta como objetivo geral, analisar a importância do pedagogo na mediação pedagógica em casas de acolhimento; e como objetivos específicos, reconhecer a realidade de casas de acolhimento como espaços não escolares, averiguar a necessidade de mediação pedagógica nas casas de acolhimento e identificar o acompanhamento pedagógico personalizado como estratégia de mediação pedagógica. Os fundamentos teóricos da pesquisa contemplam o contexto histórico da atuação do pedagogo em espaços formais e não formais, assim como a mediação e a mediação pedagógica no contexto educacional, utilizando como base teórica Libâneo (1998), Charlot (2000), Paulo Freire (1996), Vygotsky (1988), Raoport e Silva (2013), Viegas (2007), Costa I.M (2013). Além do levantamento bibliográfico, foram consultados documentos como: Projeto Político Pedagógico do curso de pedagogia da UFPB (2006), CONANDA - CNAS (2009), PNAS (2004) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Uma pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva a qual teve como

fonte de pesquisa entrevistas áudio gravadas com adolescentes residentes em casas de acolhimento e questionários feitos aos coordenadores das Casas de Acolhimento. Os dados da pesquisa foram analisados de acordo com a técnica de Análise qualitativa (GIL, 2008). Os resultados obtidos indicam que nós, enquanto profissionais pedagogos, que atuaram através da mediação pedagógica com adolescentes em casas de acolhimento, além de gerar vínculo afetivo, contribuíram para o desenvolvimento da autonomia e empoderamento nos assuntos escolares e sociais dos adolescentes, proporcionando desenvolvimento cognitivo e de relações sociais dos mesmos, agindo com relevância nas reflexões acerca da educação e do processo de ensino aprendizagem.

Constatação: Os resultados obtidos indicam que os profissionais pedagogos que atuaram através da mediação pedagógica com adolescentes em casas de acolhimento, além de gerar vínculo afetivo, contribuíram para o desenvolvimento da autonomia e empoderamento nos assuntos escolares e sociais dos adolescentes, proporcionando desenvolvimento cognitivo e de relações sociais dos mesmos, agindo com relevância nas reflexões acerca da educação e do processo de ensino e de aprendizagem.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14225/1/EMAV30112018.pdf>

2019

5 - FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DE CASAS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM JOÃO PESSOA/ PB: UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO - NAILA JENISCH CHAVES

Curso: Psicopedagogia

Resumo: Este trabalho versa sobre a formação inicial e continuada do Educador das Casas de Acolhimento, tem como objetivo geral analisar sob a ótica da psicopedagogia a formação inicial e continuada dos educadores sociais das Casas de Acolhimento para crianças e adolescentes no município de João Pessoa - PB que participam do PET/Conexões dos Saberes. Sendo os objetivos específicos: Verificar o cumprimento da lei no tocante a oferecer formação inicial e continuada aos Educadores; Dar visibilidade acadêmica à complexidade das atribuições dos Educadores das Casas de Acolhimento e Expor sob a ótica Psicopedagógica a importância e a necessidade da formação inicial e continuada para o Educador em vista da sua posição estratégica com os institucionalizados nas Casas de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Os procedimentos técnicos abordados foi o estudo de campo; sobre o ponto de vista da natureza foi a pesquisa aplicada. Para a realização da pesquisa com uma abordagem qualitativa, e quanto aos objetivos foi o método descritivo.

[Sumário](#)

Utilizando na coleta de dados um questionário semiestruturado que foi aplicado em entrevista cujos dados obtidos passaram por análise de conteúdo. Constatou-se a situação de não observância da legislação quanto a formação dos Educadores Sociais. A simplificação de suas funções traz ao Educador prejuízos na prática que o atingem e também as crianças e adolescentes acolhidos. Concluiu-se que há necessidade de maior quantitativo de estudos interdisciplinares na área em questão e que a Psicopedagogia pode se inserir no processo de qualificação bem como intervir junto aos educadores e a instituição.

Constatação: Constata-se a não observância da legislação quanto a formação dos Educadores Sociais. A simplificação de suas funções traz ao Educador prejuízos na prática que o atingem e também as crianças e adolescentes acolhidos. Concluiu-se que há necessidade de maior quantitativo de estudos interdisciplinares na área em questão, e que a Psicopedagogia pode se inserir no processo de qualificação bem como intervir junto aos educadores e a instituição.

Link de acesso: (A ser disponibilizado pelo curso)

6 - O DIREITO À EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - SELTON GUSTAVO MAURÍCIO QUARESMA

Curso: Direito

Resumo: Ausência de relações afetivas, negligência familiar, baixo poder aquisitivo e uma vida marcada por inúmeras turbulências e abstenções estatais variadas, infelizmente, são circunstâncias que se fazem presentes na vida dos adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional. Em face disso, muitas vezes, os adolescentes que estão inseridos nas casas de acolhimento carregam diversos elementos que freiam o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem no âmbito da escolarização, uma vez que o sucesso escolar está diretamente associado a aspectos subjetivos e ao contexto social que o indivíduo está inserido. Desse modo, embora haja em nosso ordenamento jurídico a consagração da educação com Direito Social de natureza fundamental, existem inúmeros relatos e experiências de adolescentes institucionalizados que negam a possibilidade de usufruto deste direito, não conseguindo, portanto, gozar da garantia prevista nos dispositivos normativos em decorrência de inúmeros fatores, tais como: distorção de idade ano, situação de fracasso escolar, reprovação, evasão, dentre outros. Desse modo, o

[Sumário](#)

problema central do trabalho consiste em analisar se as normas que versam sobre o Direito Educacional no Ordenamento Jurídico Brasileiro conseguem produzir eficácia plena nos espaços de acolhimento. Diante disso, este estudo pretende compreender os artefatos que estão interligados a trajetória acadêmica dos adolescentes em situação de acolhimento, bem como, averiguar a eficácia normativa neste cenário

Constatação: Embora haja em nosso ordenamento jurídico a consagração da educação como Direito Social de natureza fundamental, existem inúmeros relatos e experiências de adolescentes institucionalizados que negam a possibilidade de usufruto deste direito, não conseguindo, portanto, gozar da garantia prevista nos dispositivos normativos em decorrência de inúmeros fatores, tais como: distorção de idade ano, situação de fracasso escolar, reprovação, evasão, dentre outros.

Link de acesso: (A ser disponibilizado pelo curso)

7 - SENTIDO DA ESCOLA PÚBLICA PARA ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: TECENDO RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES - EDILENE FIRMINO DA SILVA

Curso: Pedagogia

Resumo: A evasão, o desinteresse escolar, o processo de juvenilização na Educação de Jovens e adultos (EJA) são temas em debates para se conhecer o que ocorre na escolarização dos alunos que vivenciam situação de fracasso e o que desencadeia o processo de distanciamento da escola. Nessa perspectiva, esse trabalho tem como objetivo analisar o sentido da escola pública para os adolescentes institucionalizados em Casas de Acolhimento. Os teóricos abordados que corroboraram nessa compreensão foram a psicologia histórico-cultural de Vigotsky (2008), teoria da relação com o saber de Charlot (2000, 2002, 2005) humanização em Paulo Freire (2017), o processo de motivação citado por Boruchovich e Bzuneck (2000), e a Pedagogia Diferenciada por Perrenoud (2000), entre outros teóricos que contribuíram para a construção desse trabalho. A metodologia utilizada nesse trabalho em relação a abordagem foi do tipo qualitativa e referente aos objetivos, descritiva. Em relação a coleta de dados, as técnicas utilizadas foram questionário e entrevistas gravadas em áudio. O tecer desse trabalho contribuiu para que se possa compreender o olhar dos alunos sobre a escola, as relações que se constroem nesse espaço com os professores e seus pares, além do processo de ensino e aprendizagem. Esse tecer vem trazer elementos relevantes para o processo de

escolarização, pela relevância da descoberta de que a rejeição a escola, o repúdio, o desinteresse escolar e a evasão estão também relacionadas a não aprendizagem dos saberes escolares. Que a mediação docente pode contribuir para que o aluno seja estimulado a ser desejante do aprender, sendo conscientizado que a escola e os professores são seus aliados no processo de aprendizagem para conseguirem realizar seus projetos assumindo o protagonismo das suas vidas. Portanto, constatou-se que o sentido da escola para eles está imbuído da pretensão a ascensão pessoal, mesmo quando evadem, quando não conseguem aprender, os adolescentes têm a consciência que ela é o meio que possibilita mudança de vida, de se ter um futuro melhor. E mesmo diante de tantas adversidades e tantas perdas, conseguem enxergar a escola como uma ponte para a realização dos seus objetivos.

Constatação: O sentido da escola para adolescentes residentes em casas de acolhimento, está imbuído da pretensão a ascensão pessoal, mesmo quando evadem, quando não conseguem aprender, eles têm a consciência que ela é o meio que possibilita mudança de vida, de se ter um futuro melhor. E mesmo diante de tantas adversidades e tantas perdas, conseguem enxergar a escola como uma ponte para a realização dos seus objetivos.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16358/1/EFS01102019.pdf>

[Sumário](#)

2020

8- CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA ALFABETIZAR CRIANÇAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE - JANAÍNA DELMIRO VIDAL DE NEGREIROS

Curso: Pedagogia

Resumo: Este trabalho teve por objetivo compreender quais as contribuições da formação docente no processo de alfabetização de crianças em situação de acolhimento institucional. A seleção do tema de pesquisa se deu a partir das experiências vivenciadas no projeto de extensão “Diálogo e Intervenção na Mediação Pedagógica da Escola com Adolescentes Residentes em Casas de Acolhimento”, no PROBEX/UFPB (2017 a 2019). As ações do projeto faziam referência ao processo de sensibilização das escolas, nas quais eram matriculadas crianças em situação de acolhimento institucional. Realizávamos também a mediação pedagógica com os adolescentes nas escolas e diretamente nas Casas de acolhimento. A participação e observações realizadas durante o projeto de extensão produziram questionamentos acerca das contribuições da formação inicial e continuada para a prática docente do professor alfabetizador, assim, buscando descobrir se estes consideram ou não as especificidades das crianças acolhidas para elaboração de suas ações no ciclo de alfabetização. A investigação caracterizou-se como pesquisa

[Sumário](#)

qualitativa de cunho exploratório, utilizando a pesquisa de campo e elegendo como instrumento de coleta de dados, a entrevista composta por treze perguntas relacionadas ao tema de estudo, as quais exploramos utilizando a análise de conteúdos de Bardin (1977). A pesquisa foi aplicada em duas escolas municipais de João Pessoa/PB, com quatro professoras que trabalham ou trabalharam com crianças acolhidas no ciclo de alfabetização. Os resultados obtidos abarcaram as contribuições e lacunas percebidas pelas professoras tanto durante a formação inicial quanto continuada, as influências da vulnerabilidade social e as implicações dela na área social, afetiva e cognitiva dessas crianças, que influenciaram e refletiram diretamente em sua escolarização, e por conseguinte na aprendizagem durante o processo de alfabetização. Tais percepções produziram nos sujeitos entrevistados e entrevistador inúmeras reflexões e questionamentos sobre a importância do convívio familiar para a construção social e emocional das crianças, e a maneira que o docente ressignifica e/ou transforma de forma positiva ou negativa a vida dessas crianças a partir de um olhar diferenciado para as especificidades de suas aprendizagens. O trabalho trouxe ricas contribuições para a formação da identidade docente e para a visão de uma educação mais humanizada quando se trata da alfabetização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Constatação: Os resultados obtidos abarcaram as contribuições e lacunas percebidas pelas professoras tanto durante a formação inicial quanto continuada, as influências da vulnerabilidade social e as implicações dela na área social, afetiva e cognitiva dessas crianças, que influenciaram e refletiram diretamente em sua escolarização, e por conseguinte na aprendizagem durante o processo de alfabetização. Tais percepções produziram nos sujeitos entrevistados e entrevistador inúmeras reflexões e questionamentos sobre a importância do convívio familiar para a construção social e emocional da crianças e a maneira que o docente ressignifica e/ou transforma de forma positiva ou negativa a vida dessas crianças a partir de um olhar diferenciado para as especificidades de suas aprendizagens. O trabalho trouxe ricas contribuições para a formação da identidade docente e para a visão de uma educação mais humanizada quando se trata da alfabetização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17761/1/JDVN07072020.pdf>

9 - A EDUCAÇÃO EMOCIONAL NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DO PROBEX – UFPB - GIOVANA HELLEN FERNANDES ALMEIDA

Curso: Pedagogia

Resumo: Contemporaneamente, a Educação Emocional tem se mostrado essencial no desenvolvimento integral do ser humano, por isso é imprescindível que as habilidades escolares estejam em constante relação com os aspectos emocionais. Diante disso, apresenta-se como objetivo geral do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) discutir a importância da Educação Emocional no processo de escolarização de adolescentes residentes em Casas de Acolhimento, os quais devido a situação de vulnerabilidade social que são advindos apresentam dificuldades de aprendizagem durante seu processo de escolarização. Diante da contribuição da Educação Emocional aliada a esse processo, é possível ao sujeito enfrentar com maturidade e resiliência as situações adversas do cotidiano, além de auxiliar na qualidade de vida e nas relações do sujeito com a sociedade. Alguns teóricos abordados que embasaram a pesquisa contemplando a discussão sobre a Educação Emocional foram Goleman (1995), Wedderhoff (2007), Gonsalves (2015) e Possebon (2017), entre outros teóricos que contribuíram para a construção desse trabalho. A BNCC ainda aborda duas competências que abarcam a importância das emoções na educação. A metodologia usada no presente trabalho apresenta uma abordagem qualitativa de

[Sumário](#)

caráter exploratório-descritivo e teve como instrumento de coleta de dados um questionário criado na plataforma Google Forms feitos com sete estudantes que atuavam nas Casas de Acolhimento com os adolescentes. O interesse pelo tema da pesquisa surgiu a partir da minha experiência no projeto de extensão “Escolarização que promove superação de dificuldades e necessidades de aprendizagem da vida de adolescentes residentes em Casas de Acolhimento” vinculado ao PROBEX, onde atuei com duas adolescentes em acolhimento institucional. Os resultados obtidos indicam a relevância dos aspectos emocionais na educação contribuindo diretamente no processo de escolarização dos adolescentes acolhidos, atravessando também as demais áreas de sua vida contribuindo inclusive em suas relações interpessoais.

Constatação: Os resultados obtidos indicam a relevância dos aspectos emocionais na educação contribuindo diretamente no processo de escolarização dos adolescentes acolhidos, atravessando também as demais áreas de sua vida contribuindo inclusive em suas relações interpessoais.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17771/1/GHFA09072020.pdf>

10 - O PROJETO LEHIA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AUTONOMIA DE ADOLESCENTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO - ISABELLA HELLEN ESTEVÃO DA SILVA

Curso: Pedagogia

Resumo: O subprojeto Letramento e Escolarização a partir de Histórias Individuais para a Autonomia está vinculado ao Programa de Educação Tutorial Pet/Conexões de Saberes – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas (UFPB) o qual, por meio de suas ações, trabalha para a superação de necessidades e dificuldades de aprendizagem dos adolescentes residentes em casas de acolhimento. Em sua maioria, os adolescentes residentes nessas instituições são advindos da situação de vulnerabilidade social e apresenta situações de fracasso escolar. Em vista disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar o LEHIA como subprojeto de intervenção para autonomia de adolescentes residentes em Casas de Acolhimento. Para isso, contamos com a participação de 12 adolescentes acolhidos e 12 mediadores educacionais, bolsistas e voluntários do subprojeto analisado. Para efetivação desta pesquisa, foram suporte para nossas reflexões teóricas autores como: Freire (2016), Schuwartz (2012), Soares (2004), Charlot (2000), dentre outros que subsidiaram as discussões aqui apresentadas. Logo, a fim de favorecer uma visão mais ampliada sobre o tema trabalhado, optou-se pela pesquisa de cunho

[Sumário](#)

exploratório. Os dados foram obtidos através de questionário e entrevista, sendo analisados qualitativamente, com o intuito de dar maior ênfase para as subjetividades das respostas de cada participante. A partir deste estudo, foi possível constatar que o subprojeto LEHIA, pautado na perspectiva da Educação Popular freireana e através de suas variadas ações pedagógicas, sobretudo, o letramento e a escolarização, contribui significativamente para a construção da autonomia desses sujeitos, que ao serem estimulados livremente a refletir sobre a realidade e o contexto no qual estão inseridos, melhoram a autoestima e passam a se enxergar como seres capazes e, como não dizer, sujeitos de direitos. Além disso, a partir dos dados adquiridos foi possível identificar que o subprojeto contribuiu substancialmente nos aspectos relacionados à escolarização dos adolescentes, como: aprender a ler e escrever, melhorar a interpretação textual, compreender o uso social da leitura e da escrita, como também ressignificar o papel da escola em suas vidas. É possível relacionar as contribuições positivas do subprojeto também no que tange as relações sociais, tanto relacionadas aos aspectos emocionais, como a melhor facilidade de compreender e lidar com suas próprias emoções e sentimentos, quanto aos comportamentos inadequados, pois eles passaram a refletir sobre seus atos e agir com mais consciência e respeito para com o próximo. Nesse sentido, é possível compreender que todas essas contribuições

favoreceram diretamente a construção da autonomia desses sujeitos, fortalecendo-os como protagonistas de suas próprias histórias de vida.

Constatação: Foi possível constatar que o subprojeto LEHIA, pautado na perspectiva da Educação Popular freireana e através de suas variadas ações pedagógicas, sobretudo, o letramento e a escolarização, contribui significativamente para a construção da autonomia desses sujeitos, que ao serem estimulados livremente a refletir sobre a realidade e o contexto no qual estão inseridos, melhoram a autoestima e passam a se enxergar como seres capazes e, como não dizer, sujeitos de direitos. Além disso, a partir dos dados adquiridos foi possível identificar que o subprojeto contribuiu substancialmente nos aspectos relacionados à escolarização dos adolescentes, como: aprender a ler e escrever, melhorar a interpretação textual, compreender o uso social da leitura e da escrita, como também ressignificar o papel da escola em suas vidas. É possível relacionar as contribuições positivas do subprojeto também no que tange as relações sociais, tanto relacionadas aos aspectos emocionais, como a melhor facilidade de compreender e lidar com suas próprias emoções e sentimentos, quanto aos comportamentos inadequados, pois eles passaram a refletir sobre seus atos e agir com mais consciência e respeito para com o próximo. Nesse sentido, é possível

compreender que todas essas contribuições favoreceram diretamente a construção da autonomia desses sujeitos fortalecendo-os como protagonistas de suas próprias histórias de vida.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17768/1/IHES08072020.pdf>

11 - A CONCEPÇÃO DOS MEDIADORES EDUCACIONAIS EM RELAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM CASA DE ACOLHIMENTO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB - JUNIELLE MENEZES FRANÇA

Curso: Direito

Resumo: O direito à educação para crianças e adolescentes é uma das principais conquistas adquiridas na atual legislação, em especial o direito à educação nos abrigos institucionais, local em que o Estado encaminha crianças e adolescentes sobre medida protetiva excepcional e provisoriamente, e onde os discentes da Universidade Federal da Paraíba realizam o projeto de ensino, pesquisa e extensão PET/ Conexões de Saberes - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, desenvolvendo ações de acompanhamento pedagógico personalizado por meio da mediação educacional. Diante disso, a presente pesquisa buscou como objetivo principal analisar a concepção dos mediadores educacionais do programa PET/Conexões de Saberes, no tocante ao direito à educação, de crianças e adolescentes que vivem em casas de acolhimento no município de João Pessoa/PB. Trata-se de um estudo de caráter exploratório descritivo com abordagem qualitativa, em que foi aplicado aos mediadores educacionais, um questionário, por meio da Plataforma Google Forms, perguntando

[Sumário](#)

sobre o direito à educação dessas crianças e adolescentes. A amostra foi constituída por 9 mediadores educacionais que participaram do Projeto entre os anos de 2016 a 2020. Os dados mais relevantes obtidos na pesquisa demonstram que segundo a concepção dos mediadores educacionais, o direito à educação de crianças e adolescentes acolhidos, embora, garantido legalmente, por normas Constitucional e infraconstitucional, esses dispositivos ainda deixam lacunas quanto a sua aplicação para os grupos que vivem em estado de vulnerabilidade social, e que as ações desenvolvidas pelos mediadores educacionais, voltadas para a garantia do direito à educação são práticas bastante significativas, pois proporcionaram uma mudança no olhar desses sujeitos em relação ao seu futuro, sua autonomia, seu protagonismo e o seu desenvolvimento educacional. Diante disso, Concluimos que a temática é de extrema importância, haja visto a educação é uma importante ferramenta na promoção da proteção integral e na superação da situação de vulnerabilidade social, de crianças e adolescentes que vivem em casa de acolhimento, o que torna bastante significativo conhecer como o direito à educação vem sendo trabalhado pelos mediadores educacionais nessas casas.

Constatação: Os dados mais relevantes obtidos na pesquisa revelaram que segundo a concepção dos mediadores educacionais, o direito à educação de crianças e adolescentes acolhidos, embora, garantido legalmente, por normas Constitucional e infraconstitucional, esses dispositivos ainda deixam lacunas quanto a sua aplicação para os grupos que vivem em estado de vulnerabilidade social, e que as ações desenvolvidas pelos mediadores educacionais, voltadas para a garantia do direito à educação são práticas bastante significativas, pois proporcionaram uma mudança no olhar desses sujeitos em relação ao seu futuro, sua autonomia, seu protagonismo e o seu desenvolvimento educacional. Diante disso, Concluímos que a temática é de extrema importância, haja visto a educação é uma importante ferramenta na promoção da proteção integral e na superação da situação de vulnerabilidade social, de crianças e adolescentes que vivem em casa de acolhimento, o que torna bastante significativo conhecer como o direito à educação vem sendo trabalhado pelos mediadores educacionais nessas casas.

Link de acesso: (A ser disponibilizado pelo curso)

2021

12 – A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NAS CASAS DE ACOLHIMENTO EM PERÍODO DE PANDEMIA: UM ESTUDO DO PROCESSO DE READEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PET/CONEXÕES DE SABERES - PROTAGONISMO JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS - MARIANA MEDEIROS TOLEDO

Curso: Pedagogia

Resumo: O presente trabalho trata da análise do processo de readequação das atividades de mediação pedagógica do projeto PET/Conexões de Saberes – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas em meio a pandemia. Em termos estruturais, o trabalho apresenta as ações de extensão do projeto que consistem em superar as maiores necessidades no âmbito educacional e dificuldades de aprendizagem das crianças e adolescentes das casas de acolhimento de João Pessoa. Apresenta-se também os conceitos de mediação pedagógica e o contexto educacional durante a pandemia, tendo como referencial teórico autores como: Arroyo (2019), Costa (2013) e Santos (2020), dentre outros. No percurso metodológico foi realizada a aplicação de um questionário direcionado aos estudantes de licenciatura que atuam como mediadores educacionais desde o período presencial, transitando para o ensino emergencial remoto. A partir das respostas dos extensionistas foi possível constatar que, mesmo em meio a tantos impasses como a ausência de um contato mais próximo com as crianças e adolescentes e a falta de um acesso aos

[Sumário](#)

meios tecnológicos de qualidade bastante recorrente, os estudantes puderam extrair aspectos positivos que puderam ser extraídos desse período que contribuíram e enriqueceram ainda mais a formação acadêmica de cada um, tais como pensar novas formas de educar por meio da renovação e readequação do ensino, maior aprendizagem com as ferramentas tecnológicas e o esforço de nunca desistir e sempre acreditar no potencial da educação em transformar vidas.

Constatação: Foi possível constatar que mesmo em meio a tantos impasses como a ausência de um contato mais próximo com as crianças e adolescentes e a falta de um acesso aos meios tecnológicos de qualidade bastante recorrente, os estudantes puderam extrair aspectos positivos que puderam ser extraídos desse período que contribuíram e enriqueceram ainda mais a formação acadêmica de cada um, tais como pensar novas formas de educar por meio da renovação e readequação do ensino, maior aprendizagem com as ferramentas tecnológicas e o esforço de nunca desistir e sempre acreditar no potencial da educação em transformar vidas.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20610/1/MMT28072021.pdf>

13 - A IMPORTÂNCIA DO PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA (PECFC) NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO DE JOÃO PESSOA-PB - HELOISA CRISTINA SOUSA FERNANDES

Curso: Pedagogia

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PECFC) na garantia do direito à educação de crianças e adolescentes residentes em Casas de Acolhimento de João Pessoa-PB. A metodologia da pesquisa foi embasada em uma abordagem qualitativa e em procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, cujo objeto de estudo é o PECFC. Foi utilizada a técnica de análise qualitativa que consiste na redução, exibição e conclusão/verificação dos dados. O propósito dessa investigação foi identificar como o Plano Estadual aborda a educação dos sujeitos acolhidos institucionalmente e se, de fato, o documento apresenta preocupação em assegurar o direito à educação desse grupo. Foi constatado que o PECFC menciona documentos legais acerca da educação como um direito fundamental, além de

[Sumário](#)

assumir o compromisso em propor ações direcionadas para a garantia da educação de sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Apesar dessas ações não serem tão específicas, é evidente que esse Plano demonstra um avanço nas políticas sociais de proteção à crianças e adolescentes.

Constatação: Foi constatado que o PECFC menciona documentos legais acerca da educação como um direito fundamental, além de assumir o compromisso em propor ações direcionadas para a garantia da educação de sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Apesar dessas ações não serem tão específicas, é evidente que esse Plano demonstra um avanço nas políticas sociais de proteção à crianças e adolescentes.

Link de acesso:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20560/1/HCSF19072021.pdf>

Os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs revelaram o cotidiano das situações e fragilidades nas casas de acolhimento, referindo-se a realidade educacional das crianças, adolescentes e jovens, reforçando a necessidade de atenção mais específica às dificuldades de aprendizagem destes sujeitos, comprovando a necessidade de profissionais especializados no âmbito

educacional. Esta constatação nos deu condições de detalhar proposições que requer seu atendimento na garantia ao Direito a Educação, não somente no acesso e permanência ao espaço escolar, mas em sua qualidade, logrando êxito na vida e nos processos de superação às situações de alta complexidade que encontramos nas Casas de Acolhimento.

III – Proposições

Mediante as ações e pesquisas realizadas, foi possível identificar a fragilidade da garantia do Direito a Educação nas Casas de Acolhimento de João Pessoa/PB, conduzindo para as seguintes proposições:

1- Aspectos gerais e estruturais:

- Profissionais efetivos na atuação contínua das situações que demandam a alta complexidade, neste caso específico, garantia de acompanhamento e mediação nos processos formativos de ensino e de aprendizagem;
- Parceria/convênio das secretarias de educação e de ação social (Municipal e Estadual) com a Universidade Federal da Paraíba para atender estudantes das áreas de Pedagogia, Psicopedagogia, Serviço social, Psicologia, entre outros, para realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório (bolsa estágio/remunerado) em Casas de Acolhimento.

- Contratação de pedagogos/as e psicopedagogos/as por casa, para se integrarem a equipe de psicólogos e assistentes sociais;
- Estabelecer diálogo com o poder legislativo a fim de garantir em Lei, municipal, estadual e nacional a inserção de profissionais específicos na área de educação: pedagogos/as e psicopedagogos/as.
- Organização de espaços para estudo nas Casas de Acolhimento, que considere o silêncio necessário a momentos de realização de atividades acadêmicas, com acesso a livros de diferentes gêneros textuais, materiais de apoio pedagógico, mobiliário próprio, computador e internet de qualidade.

2- Aspectos de atuação específica:

- Atuação de Pedagogos/as para atendimento específico das seguintes demandas:
 - Elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico;
 - Acompanhamento dos registros a serem informados no PIA, especificamente sobre o percurso formativo da criança e do/a adolescente;

- Mediação do diálogo com a escola no acesso a matrícula e situações que estejam relacionadas a indisciplina, dificuldades de aprendizagem, diagnóstico da situação real escolar dos/as acolhidos/as para melhor superação das dificuldades;
- Organização e planejamento das ações que envolvem os processos de ensino e de aprendizagem, educação especial;
- Orientação e formação com os educadores sociais para melhor acompanhamento das atividades escolares e rotina diária;
- Buscar parcerias com setores educacionais público e privado, viabilizando a participação dos/as acolhidos/as em cursos de língua estrangeira, esportes, profissionalizantes, entre outros.
- Planejamento e organização de oficinas educativas diante de situações como higiene, respeito, empatia, autoestima, educação emocional, saúde etc...
- Alinhar ações pedagógicas e escolares junto a poder judiciário e executivo, quando se tratar de

reintegração, adoção e/ou mudança de cidade do/a acolhido/a.

- Possibilitar a formação de profissionais das escolas públicas, nas quais estudam crianças e adolescentes acolhidas, no sentido de formar, informar e fomentar maior sensibilidade dos profissionais da escola na mediação dos processos de ensino e de aprendizagem;

- Atuação de Psicopedagogos/as para atendimento das seguintes demandas:

- Realização de diagnose específica às situações de dificuldade de ensino e de aprendizagem em diálogo com o/a pedagogo/a, instituições de ensino e os setores de inclusão social;
- Buscar atendimento em setores específicos como FUNAD e outros órgãos de atendimento especializado com crianças e adolescentes que sejam diagnosticados com a CID.

Estas são algumas das proposições percebidas e sentidas no cotidiano do trabalho de ensino, pesquisa e extensão nas Casas de Acolhimento, para as quais esperamos atenção do poder público, a nível legislativo,

executivo e judiciário, na garantia do Direito a Educação destas crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direito.

Considerações finais

As ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas nos seis (6) anos de atuação dos projetos PET/ Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, PROBEX e PROLICEN, nos proporcionou condições de caminhar nas Casas de Acolhimento com olhar inquiridor e proativo na mediação das dificuldades de aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens ali residentes.

Os livros publicados *Protagonismo Juvenil em Casas de Acolhimento: a ciência/experiência que provém da extensão universitária.- VOL I e VOL II* e *“Dá licença, que eu quero falar!” Experiências escolares de adolescentes em instituições de acolhimento*, revelou nas experiências realizadas, um processo de escolarização interrompido com situações de exclusão social, contextos de vulnerabilidades, situações de alta complexidade, que não podem ficar apenas com a mediação a nível de projetos, mas necessita da atenção do poder público em suas responsabilidades do sistema tripartite no âmbito do município, estado e governo federal.

A coleta de dados realizada no ano de 2018 revelou as fragilidades nestes percursos formativos, com altos índices de reprovação, dificuldades de aprendizagens, nível de conhecimentos incompatíveis com o ano de estudo e ausência de informações mais específicas, demonstrando que a realidade educacional destes sujeitos precisam de maior atenção e cuidado nos serviços de acolhimento institucional.

E os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs, além de também constatar as fragilidades no âmbito educacional das casas de acolhimento, trouxe problematizações e proposições, além do que, revelaram a importância da participação dos estudantes em nível de graduação, no contato com experiências sociais que conduzam a uma profissionalização em comprometimento com a cidadania, para serem atuantes em sua vida profissional, com sensibilidade as situações sociais que requer reflexão crítica e criatividade para as possibilidades de superação.

Neste sentido, desejamos que este Relatório Diagnóstico e Propositivo mobilize ações significativas no amor e cuidado, fazendo jus ao nome ACOLHIMENTO às instituições, que das lutas dos movimentos sociais, na própria aprovação da Carta Magna (1988) e Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e tantas outros documentos legais conquistados, se amplie a garantia ao direito à Educação ao grupo que historicamente sofre com a sua violação.

Que o/a leitor/a tenha finalizado esta leitura, apropriando-se do sentido coletivo social, comprometendo-se, indignando-se e agindo por um mundo menos desumano, mais justo e solidário.

Referências

ALMEIDA, Giovana Hellen Fernandes. **A Educação Emocional no processo de escolarização de adolescentes residentes em casas de acolhimento:** uma experiência do PROBEX – UFPB. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2020.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de julho de 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente,** Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.** Brasília: CONANDA/ CNAS, 2006

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR. **Orientações Técnicas:**

serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF, junho de 2009.

BRASIL. Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. Brasília, DF, abril de 2018.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de julho de 2019.

CHAVES, N.J. **Formação dos educadores de casas de acolhimento para crianças e adolescentes em João Pessoa/ PB: um olhar psicopedagógico.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2019.

COSTA, Isabel Marinho da, MIRANDA, Maria da Conceição Gomes de, FURTADO, Quezia Vila Flor (Orgs). **Protagonismo Juvenil em Casas de Acolhimento:** a ciência/experiência que provém da extensão universitária. Vol I, Ideia, João Pessoa, 2019.

_____. **Protagonismo Juvenil em Casas de Acolhimento:** a ciência/experiência que provém da extensão universitária. Vol II, Ideia, João Pessoa, 2021

Estatuto da Criança e Adolescente. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Atualizado em 2017. Disponível em < www.cedecarj.org.br> Acessado em 2018.

ESTEVÃO, G. K. S. **Diálogo Escola e Casa de Acolhimento:** Uma experiência do Probex// UFPB. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2018.

FERNANDES, HELOISA CRISTINA SOUSA. **A importância do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PECFC) na garantia do direito à educação de crianças e adolescentes residentes em casas de acolhimento de João Pessoa-PB.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2021.

FRANÇA, JUNIELLE MENEZES. **A concepção dos mediadores educacionais em relação ao direito à educação de crianças e adolescente em casa de acolhimento no município de João Pessoa - PB.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2020.

FURTADO, Quézia Vila Flor. **Jovens na educação de jovens e adultos: Produção do fracasso e táticas de resistência no cotidiano escolar.** João Pessoa: CCTA/UFPB, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008

LIRA, D.O.S. **O papel do(a) pedagogo(a) em casas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: do assistencialismo ao direito à educação.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004.**

____, Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Reimpressão, 2014.

NEGREIROS, JANAÍNA DELMIRO VIDAL DE. **Contribuições da formação docente na alfabetização de crianças acolhidas institucionalmente.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2020.

OMS, **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde.** 1948

PAIVA, Luciana Marcelino, LEAL, Noêmia Soares Barbosa, FURTADO, Quézia Vila Flor (Orgs.) **“Dá licença, que eu quero falar!” Experiências escolares de adolescentes em instituições de acolhimento.** Ideia, João Pessoa, 2020.

PARAÍBA (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano. **Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de**

Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. João Pessoa: SEDH, outubro de 2013.

PMJP/SEDES – Prefeitura Municipal de João Pessoa. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Plano Municipal de Acolhimento Institucional para crianças, adolescentes e jovens 2014-2017.** João Pessoa: SEDES, 2013.

QUARESMA, S.G.M. **O Direito à Educação e a Escolarização dos Adolescentes Residentes em Casas de Acolhimento no Município de João Pessoa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2019.

SILVA, Hayanna Gomes da. **Estratégias de Avaliação Psicopedagógica em Jovens com Parilisia cerebral e Déficit visual:** um estudo de caso com um jovem acolhido na Morada do Betinho. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2017.

SILVA, Isabella Hellen Estevão da. **O Projeto LEHIA e a sua contribuição para a autonomia de adolescentes residentes em casas de acolhimento.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2020.

SILVA, Edilene Firmino da. **Sentido da Escola Pública para Adolescentes em Acolhimento Institucional: tecendo relatos das experiências escolares.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2019.

TOLEDO, MARIANA MEDEIROS. **A Mediação Pedagógica nas Casas de Acolhimento em período de pandemia:** um estudo do processo de readequação das atividades do PET/Conexões de Saberes - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2021.

VITORINO, E.M.A. **O pedagogo e a mediação pedagógica em casas de acolhimento: uma experiência do PET/Conexões de saberes - protagonismo juvenil em periferias urbanas.** Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia, 2018.

Sobre os/as autores/as e organizadora



Bruna Izabela Sales da Silva é Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Atuou como Bolsista no Programa de Educação Tutorial-PET/ Conexões de Saberes: Protagonismo Juvenil em periferias urbanas, vinculado ao FNDE. (2017-2021). Participou como Extensionista/ voluntaria no Programa de Extensão PROBEX-Escolarização que promove superação das necessidades e dificuldades de aprendizagem de adolescentes residentes em casas de acolhimento, vinculado ao Centro de Educação-CE/UFPB (2016-2020). E-mail: bruna.izabelasales@gmail.com



Jakeane de Almeida Arruda é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. Atuou como Bolsista do Programa de Educação tutorial - PET/Conexões de saberes protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas (2017-2021). Participou do projeto “Educação em Direitos Humanos” pela Universidade Federal da Paraíba (2018-2019) – CE. E-mail: jackeane_2014@hotmail.com



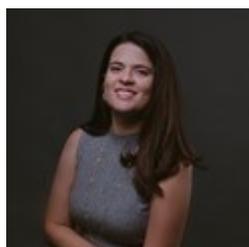
Junielle Menezes França é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Gestão e Avaliação da Educação Superior, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2021). Graduada em Direito, pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2021). Especialista em Enfermagem Urgência e Emergência pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA - CE (2012). Graduada em Enfermagem pela União de Ensino Superior de Campina Grande, UNESC - PB (2009). Atuou como professora no Projeto E-jovem, do Governo do Estado do Ceará (2011-2015). Atuou como Secretária do Departamento de Metodologia da Educação - DME/CE/UFPB (2016-2019), atualmente é Técnica Administrativa no Programa de Pós Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes - MPMGOA, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Email: junielle.menezes@gmail.com



Luciana Marcelino Paiva é Pós-graduada em Advocacia Tributária pela Universidade Candido Mendes/SP. Pós-graduada em Serviço Social e Políticas de Proteção Social pelo CINTEP. MBA em Gestão de Recursos e Formação de Liderança pela FIP. Pós-graduanda em Direito das Famílias e Sucessões pela Escola Superior de Advocacia – ESA/PB. Advogada e Assistente Social. Membro da Comissão dos Direitos da Criança e Adolescente da OAB/PB. Assistente Social do Programa de Proteção a Crianças e Adolescente Ameaçados de Morte da Paraíba – PPCAAM/PB. E-mail: lucianamarcelinop.adv@gmail.com



Lurdes Maria Valdevino dos Santos - Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Educação, Campus I. Foi atuante como bolsista no projeto de extensão: “Diálogo e Intervenção na Mediação Pedagógica da escola com adolescentes residentes em casas de acolhimento”, entre o período de 01/06/2020 a 31/12/2020 e no projeto de extensão: “Assessoria de Extensão do CE em Movimento”, onde foi bolsista entre o período de 10/02/2021 a 20/09/2021. E-mail: lurdes-pb@hotmail.com.br



Noêmia Soares Barbosa Leal é Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS) da UFPB. Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPB. Psicóloga Clínica (CRP 13/6157). Professora de Psicologia na Faculdade Três Marias. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). E-mail: noemiasbleal@gmail.com



Maria da Conceição Gomes de Miranda - Doutora em Educação, professora da Universidade Federal da Paraíba, lotada no Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação, Campus I. É Professora Associada e compõe o quadro permanente do Mestrado de Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO, na modalidade

Profissional, associada UFCG/CDSA, na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande. Atua ainda como Assessora Adjunta de Extensão do Centro de Educação da UFPB desde fevereiro de 2019. E-mail: ceicapmiranda@gmail.com



Selton Gustavo Maurício Quaresma é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFPB. Especialista em Direito Constitucional Aplicado e em Direito da Seguridade Social pela Faculdade Legale (SP). Atualmente, é Pós-Graduando em Direito Penal e exerce a função de Estagiário de Pós-Graduação no Ministério Público da Paraíba, bem como, executa o ofício de Professor Universitário no curso de Direito da UNICIR (Faculdade do Cariri). Foi Bolsista do PET entre os anos de 2016 - 2019, atuando, sobretudo, em temáticas referentes ao Direito à Educação das crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

E-mail: selton.gustavo08@gmail.com

Organizadora:



Quêzia Vila Flor Furtado possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (2006) e Mestrado (2008) e Doutorado (2013) em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Atuou como professora na Universidade Estadual da Paraíba na área de Didática, na Universidade Federal de Campina Grande na Unidade Acadêmica de Educação do Campo na área de Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente é professora pelo Departamento de Metodologia da Educação na Universidade

Federal da Paraíba na área de Ciências Sociais e Educação Popular, atuando especificamente com Educação de Jovens e Adultos e atuando também como Assessora de Extensão do Centro de Educação. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular: a pesquisa a serviço da prática educativa e é tutora no PET/Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas desde 2017, junto ao qual coordenou projetos do PROLICEN e do PROBEX nas Casas de Acolhimento.

E-mail: quezia.flor@academico.ufpb.br